

Aliança Geração de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Aliança Geração de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Aliança Geração de Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aliança Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Aliança Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- a) Avaliação do valor recuperável ("impairment") do ativo imobilizado que compõe o Projeto Eólico Santo Inácio (nota explicativa nº 7)

A Companhia apresenta um saldo no montante de R\$644.167 mil de ativo imobilizado no consolidado referente ao Projeto Eólico Santo Inácio, que representa 28% do total de seus ativos imobilizados consolidados. A Companhia analisa o valor recuperável de seus ativos imobilizados quando há indícios de que o seu valor recuperável pode ser inferior ao valor contábil.

A Companhia identificou indícios de perda no valor recuperável dos ativos que compõem a unidade geradora de caixa ("UGC") do Projeto Eólico Santo Inácio, e, por conta disso, a Administração da Companhia realizou o teste de avaliação do valor recuperável referente a essa UGC para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A avaliação do valor recuperável envolve julgamentos significativos por parte da Administração da Companhia na determinação das premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa, incluindo taxas de crescimento e desconto. Distorções na determinação do valor recuperável podem resultar em impacto relevante nas demonstrações financeiras. Dessa forma, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Entre outros procedimentos, avaliamos os critérios utilizados para mensuração do valor recuperável da UGC Projeto Eólico Santo Inácio. Com o auxílio de nossos especialistas de finanças corporativas, avaliamos o modelo utilizado, o recálculo matemático dos fluxos de caixa descontado e as premissas-chave utilizadas nos fluxos de caixa descontados utilizados pela Administração, especificamente a taxa de desconto. Comparamos os orçamentos da Companhia preparados e aprovados no exercício anterior com seus valores reais apurados com o objetivo de avaliar a precisão histórica do processo de orçamentos.

Adicionalmente, comparamos o valor recuperável apurado com base nos fluxos de caixa descontados da UGC Projeto Eólico Santo Inácio com o seu respectivo valor contábil, e, também, avaliamos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados no teste de valor recuperável dos ativos imobilizados preparados pela Administração da Companhia e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossa análise de sensibilidade, consideramos que as avaliações do valor recuperável da UGC Projeto Eólico Santo Inácio preparadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

b) Rompimento da barragem de rejeitos em Mariana – análise da redução ao valor recuperável (nota explicativa nº 7)

A Companhia apresenta um saldo no montante de R\$89.522 mil de ativo imobilizado referente ao Consórcio Candonga, que representa 4% do total de seus ativos imobilizados consolidados. A Companhia analisa o valor recuperável de seus ativos imobilizados quando há indícios de que o seu valor recuperável pode ser inferior ao valor contábil.

Em decorrência do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana, a Companhia identificou indícios de perda no valor recuperável dos ativos que compõem a UGC Consórcio Candonga.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria por envolver elevado grau de estimativa e julgamento da Administração na determinação das premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa, incluindo taxas de desconto e retorno da operação da Usina Hidrelétrica de Candonga na elaboração do valor recuperável do ativo imobilizado referente a essa UGC.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Entre outros procedimentos, avaliamos os critérios utilizados para mensuração do valor recuperável da UGC Consórcio Candonga. Com o auxílio de nossos especialistas de finanças corporativas, avaliamos o modelo utilizado pela Administração da Companhia, o recálculo matemático dos fluxos de caixa descontados e as premissas-chave utilizadas nos fluxos de caixa descontados, especificamente a taxa de desconto e de retorno da operação da Usina Hidrelétrica de Candonga. Comparamos os orçamentos da Companhia preparados e aprovados no exercício anterior com seus valores reais apurados com o objetivo de avaliar a precisão histórica do processo de orçamentos.

Adicionalmente, comparamos o valor recuperável apurado com base nos fluxos de caixa descontados da respectiva UGC Consórcio Candonga com o seu respectivo valor contábil, e, também, avaliamos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados no teste de valor recuperável do ativo imobilizado preparados pela Administração da Companhia e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossa análise de sensibilidade, consideramos que as avaliações do valor recuperável da UGC Consórcio Candonga preparadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

c) Rompimento da barragem de rejeitos em Mariana – provisão para risco regulatório (nota explicativa nº 16)

A Companhia possui uma provisão para risco regulatório no montante de R\$82.319 mil, para fazer frente aos riscos de desembolso futuro decorrentes dos valores recebidos por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, em virtude do pedido liminar deferido em favor da Companhia como resultado de ação movida pela própria Companhia para retorno da Usina Hidrelétrica de Candonga ao Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”).

Devido ao grau de julgamento envolvido e ao montante considerado material para a nossa auditoria, bem como à incerteza referente aos efeitos potenciais e às limitações inerentes à ação regulatória movida pela Companhia para retorno de Candonga ao MRE, a análise dos impactos contábeis referente ao rompimento da barragem de rejeitos em Mariana foi considerada um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos-chave relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação da provisão para risco referente à ação para retorno da Usina Hidrelétrica de Candonga ao MRE. Na análise da suficiência da provisão reconhecida e dos valores divulgados, consideramos, ainda, a avaliação da Administração acerca dessa ação, bem como as informações advindas da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE com a apuração dos valores que ela tem o direito de receber em virtude de liminar obtida em favor da Companhia. Adicionalmente, houve o envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na avaliação do tratamento contábil dessa transação.

Também analisamos as respectivas divulgações a fim de identificar se fornecem informações relevantes sobre a natureza, a exposição e os valores relativos a essa ação regulatória.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que o reconhecimento da provisão para ação regulatória da Companhia é apropriado para suportar os julgamentos e as informações incluídos nas demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

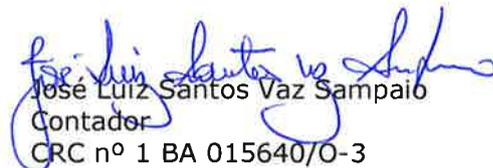
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 19 de março de 2018


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG


José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC nº 1 BA 015640/O-3

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017

Aliança Geração de Energia S.A.

SUMÁRIO

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado.....	4
Demonstração do resultado abrangente.....	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstração dos fluxos de caixa.....	7
Demonstração do valor adicionado.....	9
1 - Contexto operacional	10
2 - Base de preparação e apresentação	11
3 - Caixa e equivalentes de caixa	19
4 - Contas a receber.....	20
5 - Despesas Antecipadas	20
6 - Investimentos	21
7 - Imobilizado	23
8 - Intangível	27
9 - Fornecedores.....	29
10 - Tributos e contribuições sociais	29
11 - Tributos a recolher sobre o lucro	29
12 - Concessões a pagar	31
13 - Empréstimos.....	32
14 - Encargos regulatórios a recolher.....	34
15 - Provisão para compromissos futuros.....	35
16 - Processos Judiciais.....	36
17 - Patrimônio Líquido	44
18 - Receita.....	46
19 - Custos e despesas operacionais.....	47
20 - Receitas e despesas financeiras	48
21 - Transações com partes relacionadas	49
22 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos.....	51
23 - Benefícios a Empregados	56
24 - Cobertura de Seguros.....	56
25 - Compromissos	57
26 - Informações Complementares ao Fluxo de Caixa	58
27 - Eventos Subsequentes	58

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro 2017 e 31 de dezembro de 2016, em milhares de reais.

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	467.542	146.541	539.613	146.601
Contas a receber	4	117.383	211.835	128.715	211.835
Almoxarifado		7.646	1.998	7.646	1.998
Despesas Antecipadas	5	6.604	6.604	6.604	6.604
Tributos a Recuperar		20.262	16.215	20.308	16.215
Outros devedores		2.223	4.068	2.794	4.847
Total do ativo circulante		621.660	387.261	705.680	388.100
Não circulante					
Tributos a Recuperar		3.715	3.715	17.889	17.593
Depósitos vinculados a litígios	16	8.768	5.607	8.768	5.607
Outros valores a receber de partes relacionadas	21	77.638	197.560	19.328	18.259
Despesas Antecipadas	5	18.394	24.998	18.394	24.998
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.1	-	-	-	9.015
Investimento	6	427.412	245.617	-	-
Imobilizado	7	1.665.111	1.771.185	2.306.956	2.241.895
Intangível	8	197.486	184.097	210.986	194.176
Total do ativo não circulante		2.398.524	2.432.779	2.582.321	2.511.543
Total do ativo		3.020.184	2.820.040	3.288.001	2.899.643

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro 2017 e 31 de dezembro de 2016, em milhares de reais.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante					
Fornecedores	9	43.582	21.442	68.105	100.640
Salários e encargos a pagar		10.147	10.176	10.147	10.176
Tributos e contribuições sociais a recolher	10	6.873	7.524	8.562	7.524
Tributos a recolher sobre o lucro	11	63.923	95.372	63.923	95.372
Concessões a pagar	12	34.704	26.105	34.704	26.105
Empréstimos	13	84.409	319.514	98.252	319.514
Encargos regulatórios a recolher	14	4.711	6.263	4.711	6.263
Provisão para compromissos futuros	15	36.537	21.909	36.673	21.909
Dividendos a pagar	17	160.700	-	160.700	-
Outros passivos		2.542	4.486	2.542	4.891
Total do passivo circulante		448.128	512.791	488.319	592.394
Não circulante					
Concessões a pagar	12	270.027	270.971	270.027	270.971
Empréstimos	13	280.000	-	502.760	-
Encargos regulatórios a recolher	14	11.777	7.177	11.777	7.177
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.1	22.940	11.479	22.940	11.479
Provisão para compromissos futuros	15	36.910	31.152	38.769	31.152
Provisões para processos judiciais	16	92.497	13.951	92.497	13.951
Outros passivos		-	-	3.007	-
Total do passivo não circulante		714.151	334.730	941.777	334.730
Total dos passivos		1.162.279	847.521	1.430.096	927.124
Patrimônio líquido	17				
Capital social		1.291.488	1.291.488	1.291.488	1.291.488
Reserva de lucros		-	114.614	-	114.614
Reserva de capital		566.417	566.417	566.417	566.417
Total do patrimônio líquido		1.857.905	1.972.519	1.857.905	1.972.519
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.020.184	2.820.040	3.288.001	2.899.643

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração do Resultado

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, em milhares de reais.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita líquida	18	919.788	803.732	929.904	803.732
Energia elétrica comprada para revenda		(304.791)	(142.008)	(304.112)	(142.008)
Reversões operacionais	4	3.309	54.850	3.309	54.850
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(42.252)	(41.176)	(42.552)	(41.176)
Depreciação e amortização		(126.553)	(124.704)	(128.204)	(124.704)
Outros custos com geração de energia		(84.464)	(60.480)	(93.333)	(60.480)
Total dos custos operacionais	19	(554.751)	(313.518)	(564.892)	(313.518)
Lucro bruto		365.037	490.214	365.012	490.214
Despesas gerais e administrativas		(21.098)	(26.015)	4.113	(30.815)
Outras despesas operacionais		(346)	(646)	(368)	(27.161)
Resultado de equivalência patrimonial	6	10.914	(23.092)	-	-
Total das despesas operacionais	19	(10.530)	(49.753)	3.745	(57.976)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		354.507	440.461	368.757	432.238
Receitas financeiras	20	29.596	46.252	28.294	46.252
Despesas financeiras	20	(64.844)	(57.796)	(68.777)	(58.588)
Resultado antes dos impostos		319.259	428.917	328.274	419.902
Imposto de renda e contribuição social correntes	11.2	(92.098)	(124.750)	(92.098)	(124.750)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.2	(11.461)	(11.479)	(20.476)	(2.464)
Lucro líquido do exercício		215.700	292.688	215.700	292.688
Lucro por ação – R\$	17 (d)	0,17	0,23		
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	17 (d)	1.291.582	1.291.582		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, em milhares de reais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	215.700	292.688	215.700	292.688
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	215.700	292.688	215.700	292.688

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido controladora e consolidado

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, em milhares de reais.

	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	17	1.291.488	566.417	76.574	(5.674)	1.928.805
Lucro líquido do exercício		-	-	-	292.688	292.688
Dividendos adicionais de 2015 conforme Ata de assembléia Geral Ordinária de 29 de abril de 2016		-	-	(76.574)	-	(76.574)
Dividendos intermediários de 2016 conforme Ata de assembléia Geral Ordinária de 29 de abril de 2016		-	-	(67.400)	-	(67.400)
Dividendos intermediários de 2016 conforme Ata de assembléia Geral Ordinária de 29 de novembro de 2016		-	-	(105.000)	-	(105.000)
Destinação do lucro para constituição de reserva		-	-	287.014	(287.014)	-
Em 31 de dezembro de 2016	17	1.291.488	566.417	114.614	-	1.972.519
Em 31 de dezembro de 2016	17	1.291.488	566.417	114.614	-	1.972.519
Lucro líquido do exercício		-	-	-	215.700	215.700
Dividendos a pagar conforme Assembléia Geral Ordinária	17.a	-	-	(114.614)	-	(114.614)
Dividendos intermediários de 2017 conforme Ata de assembléia Geral Ordinária de 15 de dezembro de 2017		-	-	(55.000)	-	(55.000)
Destinação do lucro para constituição de reserva		-	-	215.700	(215.700)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	(160.700)	-	(160.700)
Em 31 de dezembro de 2017	17	1.291.488	566.417	-	-	1.857.905

Demonstração dos fluxos de caixa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, em milhares de reais.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		215.700	292.688	215.700	292.688
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	7 e 8	126.899	125.201	128.572	125.201
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	7 e 8	2.185	9.224	2.185	10.468
Resultado de equivalência patrimonial	6	(10.914)	23.092	-	-
Redução ao valor recuperável dos ativos	7	-	-	(26.515)	26.515
Juros, variações monetárias e outras variações financeiras		61.443	55.313	63.164	56.105
Imposto de renda e contribuição social	11	103.559	136.229	112.574	127.214
Reversão de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	4	(3.309)	(54.850)	(3.309)	(54.850)
Amortização prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)		6.604	6.604	6.604	6.604
Provisão para contingências	16	73.845	-	73.845	-
Ajuste a valor presente das contas a receber		2.285	18.385	2.285	18.385
		578.297	611.886	575.105	608.330
(Aumento) Redução de Ativos					
Contas a receber		95.476	(18.504)	84.144	(18.504)
Almoxarifado		(1.730)	(38)	(1.730)	(38)
Tributos a recuperar		(52.180)	(28.964)	(52.522)	(42.842)
Depósitos judiciais		(436)	(13)	(436)	(13)
Outros valores a receber de partes relacionadas		15.844	(110)	1.458	118
Outros devedores		1.845	1.189	2.053	400
		58.819	(46.440)	32.967	(60.879)
Aumento (Redução) de Passivos					
Fornecedores		22.140	(14.451)	22.782	(15.282)
Salários e encargos a pagar		(29)	3.774	(29)	3.774
Tributos e contribuições sociais		36.952	8.283	38.650	8.283
Encargos regulatórios a recolher		1.945	4.457	1.945	4.457
Provisão para compromissos futuros	15	(24.482)	(29.091)	(24.482)	(29.091)
Outros passivos		(1.944)	2.221	658	2.627
		34.582	(24.807)	39.524	(25.232)
Caixa Gerado pelas Operações		671.698	540.639	647.596	522.219
Imposto de renda e contribuição social pagos		(113.026)	(45.455)	(113.026)	(45.455)
Juros pagos	13	(43.218)	(18.916)	(43.218)	(18.916)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		515.454	476.268	491.352	457.848

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
No imobilizado	7	(4.334)	(4.537)	(170.070)	(386.019)
No intangível	8	(33)	(888)	(1.466)	(888)
Integralização de capital	6	-	(222.681)	-	-
Valores remetidos a partes relacionadas		(177.403)	(177.281)	-	-
Valores recebidos de partes relacionadas		150.480	-	-	-
INVESTIMENTO		(31.290)	(405.387)	(171.536)	(386.907)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Financiamentos obtidos	13	350.145	545.483	586.504	545.483
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	13	(300.000)	(250.000)	(300.000)	(250.000)
Pagamento de Concessões	12	(43.694)	(40.613)	(43.694)	(40.613)
Pagamento de dividendos		(169.614)	(248.974)	(169.614)	(248.974)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(163.163)	5.896	73.196	5.896
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		321.001	76.777	393.012	76.837
No início do período	3	146.541	69.764	146.601	69.764
No fim do período	3	467.542	146.541	539.613	146.601
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		321.001	76.777	393.012	76.837

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstração do valor adicionado

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, em milhares de reais.

	Nota	Controladora		Consolidado					
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016				
RECEITAS									
Venda de Energia		1.047.961	925.785	1.059.294	925.785				
Investimentos em Imobilizado e Intangível		-	44.820	-	470.614				
Reversão (constituição) das Provisões Operacionais	4	3.309	54.850	3.309	54.850				
Outras Receitas		39.415	5.197	149.729	5.197				
		1.090.685	1.030.652	1.212.332	1.456.446				
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS									
Custos com Aquisição de Energia para Revenda		(304.791)	(142.007)	(304.112)	(142.007)				
Serviços de Terceiros		(50.218)	(46.749)	(71.425)	(133.141)				
Materiais		(2.609)	(10.373)	(99.189)	(349.775)				
Redução ao valor recuperável de ativos		-	-	26.515	(26.515)				
Outros Custos Operacionais:									
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão		(42.252)	(41.176)	(42.552)	(41.176)				
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos		(16.319)	(21.246)	(16.319)	(21.246)				
Encargos Regulatórios		(11.688)	(10.844)	(11.688)	(10.844)				
Outros		(10.055)	2.306	(11.632)	(3.286)				
		(437.932)	(270.089)	(530.402)	(727.990)				
VALOR ADICIONADO BRUTO		652.753	760.563	681.930	728.456				
RETENÇÕES									
Depreciação e Amortização	7 e 8	(126.899)	(125.201)	(128.572)	(125.201)				
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		525.854	635.362	553.358	603.255				
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA									
Resultado de Equivalência Patrimonial	6	10.914	(23.092)	-	-				
Receitas Financeiras	20	29.596	46.252	28.294	46.252				
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		566.364	658.522	581.652,00	649.507				
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO									
Empregados		41.090	7,3	39.488	6,0	41.319	7,1	39.488	6,1
Remuneração direta		30.681	5,4	28.922	4,4	30.682	5,3	28.922	4,5
Benefícios		9.075	1,6	9.400	1,4	9.303	1,6	9.400	1,4
FGTS		1.334	0,2	1.166	0,2	1.334	0,2	1.166	0,2
Impostos, Taxas e Contribuições		207.360	36,6	231.389	35,1	217.486	37,4	222.374	34,2
Federais		201.287	35,5	223.247	33,9	211.413	36,3	214.232	33,0
Estaduais		5.847	1,0	7.894	1,2	5.847	1,0	7.894	1,2
Municipais		226	0,0	248	0,0	226	0,0	248	0,0
Remuneração de Capitais de Terceiros		102.214	18,0	94.957	14,4	107.147	18,4	94.957	14,6
Juros		98.478	17,4	92.033	14,0	99.249	17,1	92.033	14,2
Aluguéis		1.503	0,3	1.450	0,2	2502	0,4	1.450	0,2
Outras despesas financeiras		2.233	0,4	1.474	0,2	5.396	0,9	1.474	0,2
Remuneração de Capitais Próprios		215.700	38,1	292.688	44,4	215.700	37,1	292.688	45,1
Lucros retidos		46.086	8,1	43.714	6,6	46.086	7,9	43.714	6,7
Dividendos Distribuídos		169.614	29,9	248.974	37,8	169.614	29,2	248.974	38,3
		566.364	100	658.522	100	581.652	100	649.507	100

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 - Contexto operacional

A Aliança Geração de Energia S.A. (“Aliança”, “Controladora” ou “Companhia”) é uma Sociedade Anônima por ações, com o início de suas operações a partir de 27 de fevereiro de 2015, data em que ocorreu a transferência de ativos de geração de energia elétrica de seus acionistas, Vale S.A. (“Vale”) e Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”). A Companhia, anteriormente denominada Central Eólica Santo Inácio V e Vale Geração de Energia S.A., passou a ter a denominação de Aliança Geração de Energia S.A. em 17 de janeiro de 2014, tendo a Cemig GT ingressado como acionista em 5 de agosto de 2014, quando ocorreu a assinatura do Acordo de Associação firmado entre os acionistas, o qual deu origem à *joint venture*. A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço à Rua Matias Cardoso, 169, 9º andar, Bairro Santo Agostinho, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

A Aliança em conjunto com suas controladas (“Grupo Aliança”), tem por objeto social (i) estudar, planejar, construir e explorar sistemas de geração e comercialização de energia elétrica, com vistas à exploração econômica e comercial; (ii) prestação de serviços técnicos e de consultoria, na área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e (iii) participação em outras sociedades ou empreendimentos de geração de energia elétrica.

A Companhia possui um parque gerador com capacidade instalada de 1.158 MW e garantia física de 652 MW médios, através de participações em 7 usinas hidrelétricas em operação para as quais possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico como produtora independente. A Companhia ainda detém contratos de fornecimento de energia vendidos no longo prazo nos ambientes livre e regulado.

Segue quadro resumo informativo acerca das usinas e consórcios da Companhia:

Empreendimento	Participação Aliança	Município (em MG)	Rio	Capacidade Instalada (MW)(*)	Energia assegurada (MW médios)(*)	Vencimento da Concessão
Usina Hidrelétrica de Funil ("Funil")	100%	Perdões	Grande	180	89	Dez/35
Usina Hidrelétrica Eliezer Batista ("Aimorés")	100%	Aimorés	Doce	330	172	Dez/35
<i>Consórcio Capim Branco Energia ("Capim Branco")</i>						
Usina Hidrelétrica Amador Aguiar I ("Capim Branco I")	87,36%	Araguari	Araguari	240	155	Ago/36
Usina Hidrelétrica Amador Aguiar II ("Capim Branco II")	87,36%	Araguari	Araguari	210	131	Ago/36
Consórcio Porto Estrela ("Porto Estrela")	66,67%	Joanésia	Santo Antônio	112	56	Jul/32
Consórcio Igarapava ("Igarapava")	52,65%	Conquista	Grande	210	136	Dez/28
Consórcio Candonga ("Candonga")	50,00%	Rio Doce	Doce	140	65	Mai/35

*Informações não auditadas.

Aliança Eólica Santo Inácio Participações, Centrais Eólicas Garrote, São Raimundo, Santo Inácio III e Santo Inácio IV (“Parque Eólico Santo Inácio”)

A Companhia detém 100% de participação direta na Aliança Eólica Santo Inácio Participações S.A (“Aliança Eólica”), que por sua vez detém 100% de participação nas sociedades Central Eólica Garrote S.A. (“Garrote”), Central Eólica São Raimundo S.A. (“São Raimundo”), Central Eólica Santo Inácio III S.A. (“Santo Inácio III”), e Central Eólica Santo Inácio IV S.A. (“Santo Inácio IV”).

As referidas sociedades possuem integralmente o projeto do Parque Eólico de Santo Inácio. A implantação do parque ocorreu no município de Icapuí, estado do Ceará, tendo este prevista uma capacidade instalada total de 99 MW e fator de capacidade de 45,6 MW médios a P90.

Em 14 de novembro de 2017 a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, emitiu o primeiro despacho liberando a Central Eólica Garrote para operação em teste. Na sequência, em 17 de novembro de 2017, foram liberadas para operação em teste as Centrais Eólicas São Raimundo, Santo Inácio III e Santo Inácio IV.

A ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL No 583 de 22 de outubro de 2013, resolveu liberar para início da operação comercial as unidades geradoras das Centrais Eólicas que compõe o Complexo Eólico Santo Inácio, sendo que partir da data de liberação a energia produzida pelas respectivas unidades geradoras foram disponibilizadas no sistema.

Assim sendo, segue resumo das principais operações contidas nos respectivos despachos:

Titularidade	Despacho ANEEL	Data do Despacho	Unidades Liberadas	Capacidade Instalada	Início de Operação	Prazo Final
Central Eólica Garrote S.A.	No. 4.039	30/11/2017	UG1 a UG11	23.100 kW	01/12/2017	06/07/2046
Central Eólica São Raimundo S.A.	No. 4.040	30/11/2017	UG1 a UG11	23.100 kW	01/12/2017	06/07/2046
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	No. 4.069	04/12/2017	UG1 a UG14	29.400 kW	05/12/2017	06/07/2046
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	No. 4.070	04/12/2017	UG1 a UG11	23.100 kW	05/12/2017	06/07/2046

Assim sendo, em 31 de dezembro de 2017 unidades geradoras das Centrais Eólicas que compõe o Complexo Eólico Santo Inácio já estavam em operação comercial.

2 - Base de preparação e apresentação

2.1 - Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, em relação às demonstrações financeiras individuais, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas. Para fins de IFRS, esta

capitalização somente é permitida nas demonstrações financeiras consolidadas e não nas demonstrações financeiras individuais.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

Em 19 de março de 2018, o Conselho de Administração aprovou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2.2 - Bases de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir as perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

2.3 - Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 - Bases de Consolidação

As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras da Companhia e de sua controlada Aliança Eólica Participações S.A., que por sua vez consolida as controladas indiretas Garrote, São Raimundo, Santo Inácio III e Santo Inácio IV, na mesma data base da Companhia. Para mais detalhes sobre a estrutura societária do Projeto Eólico Santo Inácio, vide Nota Explicativa nº 6.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas Demonstrações Financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as Demonstrações Financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas Demonstrações Financeiras consolidadas.

2.5 - Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 4 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 7 - Depreciação;
- Nota 7 - Recuperabilidade dos Ativos;
- Nota 8 - Amortização dos ativos intangíveis;
- Nota 15 e 16 - Provisões;
- Nota 18 - Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica; e
- Nota 22 - Instrumentos Financeiros e Mensuração pelo Valor Justo.

2.6 - Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e aplicadas de maneira consistente pelas entidades do grupo são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece os Empréstimos e Recebíveis e Depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente ao valor justo na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados, e o valor líquido apresentado no Balanço

Patrimonial, somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas e canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Empréstimos, Fornecedores e Concessões a Pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Não existiam na data destas Demonstrações Financeiras itens materiais considerados nessa categoria.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda - Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda quando o propósito para o qual foi adquirido não é aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, bem como não há a intenção de manter as aplicações até o vencimento ou ainda quando não estão enquadrados nas demais categorias. Não existiam, na data destas Demonstrações Financeiras, itens materiais considerados nessa categoria.

Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem Caixa e equivalentes de caixa, Contas a Receber e Depósitos vinculados a litígios.

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. O montante das disponibilidades que a Companhia espera aplicar em atividades de investimento é apresentado na rubrica Aplicações Financeiras.

b) Moeda estrangeira e operações no exterior

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários

denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

c) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Conforme o método de equivalência patrimonial, estes investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

d) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

As práticas contábeis adotadas no Brasil e os IFRS não determinam, de maneira clara, o tratamento contábil a ser dispensado em integralizações de ativos em uma *'joint venture'* pelos seus participantes (*"venturers"*). Desta maneira, a Administração adotou como política contábil da Companhia a contabilização destes ativos pelo custo de aquisição e formação nos *venturers* (também chamada *'predecessor accounting'*). Esta política será aplicada de maneira consistente, em transações similares a não ser que venha a existir norma específica para a transação.

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A depreciação e a amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, que refletem a vida útil estimada dos bens. Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e tais taxas são ajustadas para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados às imobilizações em curso e consórcios durante o período de

construção.

Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos.

e) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

f) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor. Para maiores detalhes vide Notas Explicativas nºs 7 e 8.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

h) Provisões para licença ambiental

De acordo com o OCPC 05 – Contratos de concessão, após a entrada em operação dos empreendimentos é exigido pela legislação ambiental brasileira que sejam obtidas as licenças de operação, que dependendo dos órgãos ambientais de cada município e estado podem ter prazo entre dois e cinco anos ou ainda outro prazo, mas sempre limitado a 10 anos. Caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado deve ser registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos deve ser provisionado e registrado como ativo intangível – licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

i) Imposto de Renda e Contribuição Social

A sistemática fiscal adotada pela Companhia foi do lucro real. Com base nesse critério, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social da Companhia foi calculado aplicando-se as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento do exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

j) Receita Operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de energia, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base na sazonalização prevista para cada um dos contratos. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente.

k) Receitas e Despesas financeiras

As Receitas Financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As Despesas Financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

l) Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

m) Demonstrações de Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, como informação suplementar às suas Demonstrações Financeiras, pois não é uma demonstração obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.7 – Pronunciamentos novos ou revisados

Os novos pronunciamentos aplicados pela primeira vez até 31 de dezembro de 2017 não trouxeram efeitos às demonstrações financeiras da Companhia.

a) Aplicável em ou a partir de 01 de janeiro de 2018

O CPC 47 sobre a Receita de Contrato com Cliente – em linha com o IFRS 15, especifica como e quando será feito o reconhecimento das receitas provenientes de contratos com clientes assim como requer que a entidade forneça aos usuários das demonstrações financeiras informações mais detalhadas e relevantes.

O CPC 48 sobre os Instrumentos Financeiros – em linha com o IFRS 9, tem como objetivo substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração e estabelecer princípios para divulgação de ativos e passivos financeiros, bem como adicionar novo modelo de *impairment* e alterações limitadas para requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes” para alguns instrumentos de dívida simples.

A Companhia, em sua avaliação, não estima quaisquer impactos importantes em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em decorrência da aplicação dessas normas.

b) Aplicável em ou a partir de 01 de janeiro de 2019

O IFRS sobre 16 Operações de Arrendamento Mercantil tem como objetivo introduzir exigências de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos arrendamentos.

A Companhia está realizando sua análise acerca dos impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

3 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e contas bancárias	192	8.221	236	8.281
Recursos mantidos em aplicações financeiras	467.350	138.320	539.377	138.320
	<u>467.542</u>	<u>146.541</u>	<u>539.613</u>	<u>146.601</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras, sendo que todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Compõe-se substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI (que variam entre 90% e 106%) conforme definido quando da contratação de cada operação.

4 - Contas a receber

Classe de Consumidor	Controladora	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2017	
	Saldos a vencer	Saldos a vencer	
Industrial ou equivalente	38.950	38.950	
Comercial ou equivalente	17.666	17.666	
Suprimento a outras concessionárias	41.235	43.907	
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	19.532	28.192	
	117.383	128.715	

Classe de Consumidor	Controladora e Consolidado		
	31/12/2016		
	Saldos a vencer	PECLD (a)	Total
Industrial ou equivalente	168.775	-	168.775
Suprimento a outras concessionárias	42.208	-	42.208
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	4.161	(3.309)	852
	215.144	(3.309)	211.835

Movimentação da PECLD

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial (a)	3.309	58.159
Adições	-	3.309
Reversões	(3.309)	(58.159)
Saldo no final do exercício	-	3.309

(a) A Companhia possuía constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2016, que se referia aos créditos a receber em atraso decorrentes da inadimplência do setor elétrico na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que foi integralmente realizada no primeiro trimestre de 2017. Em 31 de dezembro de 2017, não há provisão para créditos de liquidação duvidosa.

5 - Despesas Antecipadas

A Companhia optou por repactuar o risco hidrológico para os seus contratos firmados no Ambiente de Comercialização Regulado ("ACR"), no escopo da lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015.

Os critérios para anuência e as demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), bem como o detalhamento dos produtos, se encontram na Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015. Os principais termos adotados pela Companhia para repactuação são como segue:

Concessão	Volume no ACR (MWmed)	Produto	Montante (MWmed)	Prazo (Meses)	Ressarcimento (R\$/MWh)	Prêmio (R\$/MWh)	Correção Anual
Usina de Porto Estrela	18,0	SP99	18,0	58	31,65	8,50	IPCA

Usina de Funil	43,0	SP97	43,0	69	27,86	6,50	IPCA
Usina de Aimorés	84,0	SP97	84,0	69	27,86	6,50	IPCA
Usina de Capim Branco	27,6	SP89	27,6	(*)	13,68	0,75	IPCA

(*) a opção pelo produto SP89 não acarretará pagamento do prêmio por parte da Companhia, uma vez que o montante repactuado referente a esta usina será suficiente para fazer frente ao prêmio por todo o período remanescente do contrato de ACR, e adicionalmente, ainda haverá extensão no prazo da concessão, a fim de que o montante previsto do ressarcimento seja integralmente realizado.

Os montantes referentes ao ressarcimento do GSF apurado para o exercício de 2015 garantem à Companhia o não recolhimento dos prêmios pelos prazos acima apresentados. Assim sendo, estes montantes foram reconhecidos como Despesas Antecipadas, até o valor suficiente para serem amortizados dentro do período remanescente das concessões. Já o valor a ser ressarcido via extensão do prazo da concessão foi reconhecido como Ativo Intangível, o qual deverá ser amortizado linearmente pelo novo prazo remanescente da concessão.

Os montantes que a Companhia mantém reconhecidos como despesa antecipada devido à repactuação do risco hidrológico, para a controladora e o consolidado, são como segue:

Concessão	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Usina de Porto Estrela	2.926	3.958
Usina de Funil	6.845	8.670
Usina de Aimorés	13.370	16.935
Usina de Capim Branco	1.857	2.039
	24.998	31.602
Classificadas como:		
Despesa antecipada - Ativo circulante	6.604	6.604
Despesa antecipada - Ativo não circulante	18.394	24.998
	24.998	31.602

6 - Investimentos

(a) Composição dos saldos:

	Controladora	Controladora
	31/12/2017	31/12/2016
Aliança Eólica Santo Inácio Participações S.A.	427.412	245.617
	427.412	245.617

(b) Movimentação dos saldos

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
No início do exercício	245.617	10.312
Equivalência patrimonial	10.914	(23.092)
Aumento de capital	135.014	222.681
Juros capitalizados	35.867	35.715
No fim do exercício	427.412	245.617

Na perspectiva da Controladora a Companhia reconhece a capitalização de juros no investimento de R\$71.582 acumulado até 31 de dezembro de 2017 (R\$35.715 em 31 de dezembro de 2016) enquanto no consolidado

estes montantes são capitalizados no imobilizado. Esta situação se dá pelo fato de a operação de captação dos recursos aplicados na implantação do Projeto Eólico Santo Inácio ter se dado na Controladora. Adicionalmente, a Companhia reconhece no seu investimento o montante de R\$10.079 (R\$10.079 em 31 de dezembro de 2016) referente a ágio aportado pelo acionista.

(c) Informações das controladas

Até o mês de novembro de 2016 a Companhia realizou aportes em suas controladas Centrais Eólicas Garrote, São Raimundo, Santo Inácio III e Santo Inácio IV (“Centrais Eólicas”), tendo no referido mês realizado uma reestruturação societária de seu projeto eólico. Nesta operação os investimentos referentes às Centrais Eólicas foram aportados na controlada Aliança Eólica Santo Inácio Participações S.A., companhia constituída com o intuito de ser um veículo para consolidar a totalidade dos empreendimentos eólicos que a Companhia detém atualmente no estado do Ceará.

Os principais saldos patrimoniais das controladas direta e indiretas em 31 de dezembro de 2017 são apresentados como segue:

	31/12/2017					
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	PL	Lucro Líquido
Controlada direta						
Aliança Eólica Santo Inácio Participações S.A.	5	368.990	5	23.253	345.737	10.914
Controladas indiretas						
Central Eólica Garrote S.A.	15.032	128.573	6.184	61.291	76.130	3.650
Central Eólica São Raimundo S.A.	32.572	170.202	39.584	63.636	99.554	2.965
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	20.287	164.687	13.007	76.822	95.145	2.960
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	16.786	127.361	9.370	59.816	74.961	1.339
	84.677	590.823	68.145	261.565	345.790	10.914

	31/12/2016					
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	PL	Prejuízo
Controlada direta						
Aliança Eólica Santo Inácio Participações S.A.	4	325.488	-	125.670	199.822	(20.545)
Controladas indiretas						
Central Eólica Garrote S.A.	106	106.816	46.157	16.740	44.025	(2.044)
Central Eólica São Raimundo S.A.	278	130.199	6.073	69.043	55.361	(1.654)
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	165	138.718	6.462	76.2148	56.173	(1.627)
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	287	82.122	21.742	16.404	44.263	(17.767)
	836	457.855	80.434	178.435	199.822	(23.092)

7 - Imobilizado

A composição do ativo imobilizado para a controladora é como segue:

Descrição	Taxa média anual de depreciação	31/12/2017			31/12/2016		
		Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	4,67%	102.985	(14.757)	88.228	101.297	(9.393)	91.904
Reservatórios, barragens e adutoras	3,81%	1.040.807	(325.804)	715.003	1.049.908	(289.199)	760.709
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,97%	271.077	(88.801)	182.276	270.858	(78.061)	192.797
Máquinas e equipamentos	4,09%	1.097.711	(428.648)	669.063	1.095.056	(384.870)	710.186
Veículos	-	403	(403)	-	403	(403)	-
Móveis e utensílios	3,47%	1.192	(397)	795	1.660	(435)	1.225
Em curso (a)		11.781	(2.035)	9.746	16.384	(2.020)	14.364
		2.525.956	(860.845)	1.665.111	2.535.566	(764.381)	1.771.185

A composição do ativo imobilizado para o consolidado é como segue:

Descrição	Taxa média anual de depreciação	31/12/2017			31/12/2016		
		Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	4,67%	105.968	(14.757)	91.211	101.297	(9.393)	91.904
Reservatórios, barragens e adutoras	3,81%	1.040.807	(325.804)	715.003	1.049.908	(289.199)	760.709
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,97%	338.081	(88.975)	249.106	270.858	(78.061)	192.797
Máquinas e equipamentos	4,09%	1.670.517	(430.098)	1.240.419	1.095.378	(384.870)	710.508
Veículos	-	403	(403)	-	403	(403)	-
Móveis e utensílios	3,47%	1.221	(398)	823	1.660	(435)	1.225
Em curso (a)		9.459	(2.035)	7.424	513.287	(2.020)	511.267
Custo de desmobilização		2.980	(10)	2.970	-	-	-
Ajuste ao valor recuperável (c)		-	-	-	(26.515)	-	(26.515)
		3.169.436	(862.480)	2.306.956	3.006.276	(764.381)	2.241.895

No total de imobilizado no consolidado estão incluídos os juros capitalizados de empréstimos no montante de R\$71.582 em 31 de dezembro 2017, R\$35.715 em 31 de dezembro de 2016. Na controladora os referidos juros estão capitalizados no investimento.

A movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para a controladora é como segue:

Descrição	31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências (b)	31/12/2017
Em Serviço:						
Terrenos	91.904	-	(104)	(4.916)	1.344	88.228
Reservatórios, barragens e adutoras	760.709	-	-	(40.543)	(5.163)	715.003
Edificações, obras civis e benfeitorias	192.797	-	(35)	(10.835)	349	182.276
Máquinas e equipamentos	710.186	304	(2.046)	(44.906)	5.525	669.063
Móveis e utensílios	1.225	-	-	(65)	(365)	795
Em curso (a)	14.364	4.030	-	(3.040)	(5.608)	9.746
	1.771.185	4.334	(2.185)	(104.305)	(3.918)	1.665.111

(a) A depreciação apresentada no imobilizado em curso está relacionada às peças sobressalentes incluídas em tal rubrica.

(b) Em novembro a Companhia realizou inventário de peças sobressalentes de forma a adequar a segregação de almoxarifado e peças sobressalentes, conforme requerido pela ANEEL. Após o inventário, foi efetuado uma reclassificação de R\$3.918 de peças sobressalentes para o almoxarifado.

A movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 para o consolidado é como segue:

Descrição	31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	31/12/2017
Em Serviço:						
Terrenos	91.904	-	(104)	(4.916)	4.327	91.211
Reservatórios, barragens e adutoras	760.709	-	-	(40.543)	(5.163)	715.003
Edificações, obras civis e benfeitorias	192.797	-	(35)	(11.009)	67.353	249.106
Máquinas e equipamentos	710.508	304	(2.046)	(46.385)	578.038	1.240.419
Móveis e utensílios	1.225	28	-	(68)	(362)	823
Em curso (a)	511.267	147.308	-	(3.040)	(648.111)	7.424
Custo de desmobilização	-	2.980	-	(10)	-	2.970
Ajuste ao valor recuperável (c)	(26.515)	-	26.515	-	-	-
	2.241.895	150.620	24.330	(105.971)	(3.918)	2.306.956

(c) Refere-se à provisão para ajuste ao valor recuperável do ativo imobilizado que compõe o projeto Eólico Santo Inácio, o qual se encontra integralmente registrado nas controladas indiretas. Em 31 de dezembro de 2016 os testes de perda ao valor recuperável dos ativos indicavam a perda de R\$26.515 mil. Em 31 de dezembro de 2017, após a entrada do financiamento do BNDES as taxas foram revisadas e indicaram a reversão de toda a provisão uma vez que os testes indicaram que o fluxo de caixa supera o montante do imobilizado registrado no projeto Eólico de Santo Inácio.

Rompimento de barragem de rejeitos em Mariana

Em 5 de novembro de 2015 a Companhia tomou conhecimento do rompimento da barragem de rejeitos de uma mineradora, na região de Mariana.

A região afetada faz parte da bacia de contribuição ao reservatório da Usina Risoleta Neves, que é alimentada pelo Rio Doce. A referida Usina é administrada pelo Consórcio Candonga, no qual a Aliança detém participação de 50%. A expectativa da Companhia é de que a Usina de Candonga retorne as operações até dezembro de 2019.

Devido às consequências do incidente em Mariana, os ativos referentes à Usina de Candonga tiveram os seus valores recuperáveis testados na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. O valor recuperável dos referidos ativos, mensurado em 31 de dezembro 2017, não apresentou perdas e, conseqüentemente, a Companhia não reconheceu em seu resultado qualquer montante referente à redução ao valor recuperável de ativos para esta unidade geradora de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. É importante destacar que ao realizar a sensibilidade da análise a Companhia terá provisão para realização de ativos apenas caso o retorno da operação da usina não aconteça até Abril de 2021. Até a data de apresentação destas Demonstrações Financeiras a Companhia não tomou conhecimento de nenhum fato novo que modificasse as conclusões alcançadas no último teste de recuperabilidade realizado.

A Companhia ressalta que durante todo o processo desencadeado pelo rompimento da barragem de rejeitos tem atuado em conformidade com as orientações dos órgãos reguladores em todas as suas atividades executadas, e está monitorando a situação mantendo-se em contato constante com as diversas entidades responsáveis, bem como com os governos locais.

A movimentação do ativo imobilizado para a Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2016</u>
Em Serviço:						
Terrenos	96.662	-	(16)	(4.742)	-	91.904
Reservatórios, barragens e adutoras	802.358	-	(794)	(40.855)	-	760.709
Edificações, obras civis e benfeitorias	203.348	1.741	(1.006)	(11.286)	-	192.797
Máquinas e equipamentos	761.420	1.826	(6.783)	(45.763)	(514)	710.186
Móveis e utensílios	321	970	-	(66)	-	1.225
Em curso (a)	<u>19.550</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.020)</u>	<u>(3.166)</u>	<u>14.364</u>
	<u>1.883.659</u>	<u>4.537</u>	<u>(8.599)</u>	<u>(104.732)</u>	<u>(3.680)</u>	<u>1.771.185</u>

A movimentação do ativo imobilizado para o Consolidado exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

Descrição	31/12/2015	Adições	Baixas	Ajuste CPC 01 (b)	Depreciação	Transferências	31/12/2016
Em Serviço:							
Terrenos	96.662	-	(16)	-	(4.742)	-	91.904
Reservatórios, barragens e adutoras	802.358	-	(794)	-	(40.855)	-	760.709
Edificações, obras civis e benfeitorias	203.348	1.741	(1.006)	-	(11.286)	-	192.797
Máquinas e equipamentos	761.420	2.148	(6.783)	-	(45.763)	(514)	710.508
Móveis e utensílios	321	970	-	-	(66)	-	1.225
Em curso (a)	19.550	496.903	-	(26.515)	(2.020)	(3.166)	484.752
	1.883.659	501.762	(8.599)	(26.515)	(104.732)	(3.680)	2.241.895

Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

Consórcios

A parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado. Os ativos, passivos, receitas e despesas dos consórcios (entidades sem personalidade jurídica) sobre os quais a Companhia participa são reconhecidos diretamente nas Demonstrações Financeiras da Companhia, com base nas respectivas participações nos consórcios.

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da Companhia. A parcela da Companhia em cada um dos ativos e passivos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado apresentadas acima. Os investimentos acumulados, por empreendimento são como segue:

Descrição	Participação na Energia Gerada	Taxa média anual de depreciação %	Controladora e Consolidado 31/12/2017	Controladora e Consolidado 31/12/2016
Em Serviço:				
UHE Capim Branco	87,37%	4,65%	639.804	657.109
UHE Candonga	50,00%	4,94%	89.881	94.726
UHE Porto Estrela	66,67%	5,75%	151.752	164.192
UHE Igarapava	52,65%	7,22%	100.228	109.152
			981.665	1.025.179
Em Curso:				
UHE Capim Branco	87,37%	-	3.057	7.225
UHE Candonga	50,00%	-	1.238	2.571
UHE Porto Estrela	66,67%	-	88	-
UHE Igarapava	52,65%	-	360	433
			4.743	10.229

8 - Intangível

A composição do ativo intangível para a controladora é como segue:

Descrição	Taxa média anual de amortização	31/12/2017			31/12/2016		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Direito de uso do bem público	5,62%	141.817	(22.451)	119.366	141.821	(14.538)	127.283
Servidão	7,41%	1.112	(247)	865	1.135	(166)	969
Softwares	2,92%	1.422	(468)	954	1.365	(486)	879
Direito de extensão de concessão	4,42%	1.267	(116)	1.151	1.267	(63)	1.204
Licenças ambientais	13,97%	111.030	(35.880)	75.150	75.082	(21.320)	53.762
		256.648	(59.162)	197.486	220.670	(36.573)	184.097

A composição do ativo intangível para o consolidado é como segue:

Descrição	Taxa média anual de amortização	31/12/2017			31/12/2016		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Direito de uso do bem público	5,62%	141.817	(22.451)	119.366	141.821	(14.538)	127.283
Servidão	7,41%	1.113	(247)	866	1.135	(166)	969
Softwares	2,92%	1.422	(468)	954	1.365	(486)	879
Direito de extensão de concessão	4,42%	1.267	(116)	1.151	1.267	(63)	1.204
Licenças ambientais	13,97%	113.017	(35.880)	77.137	75.081	(21.319)	53.762
Direitos de Uso		11.512	-	11.512	10.079	-	10.079
		270.148	(59.162)	210.986	230.748	(36.572)	194.176

A movimentação do ativo intangível para a controladora é como segue:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2017</u>
Em Serviço:					
Direito de uso do bem público	127.283	-	(7.876)	(41)	119.366
Servidão	969	-	(124)	20	865
Softwares	879	33	21	21	954
Direito de extensão de concessão	1.204	-	(53)	-	1.151
Licenças ambientais	53.762	35.950	(14.562)	-	75.150
	184.097	35.983	(22.594)	-	197.486

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Amortização</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2016</u>
Em Serviço:						
Direito de uso do bem público	131.765	-	-	(8.162)	3.680	127.283
Servidão	1.106	-	(28)	(109)	-	969
Softwares	889	888	(392)	(506)	-	879
Direito de extensão de concessão	1.267	-	-	(63)	-	1.204
Licenças ambientais	65.391	-	-	(11.629)	-	53.762
Outros Intangíveis	205	-	(205)	-	-	-
	200.623	888	(625)	(20.469)	3.680	184.097

A movimentação do ativo intangível para a o consolidado é como segue:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2017</u>
Em Serviço:					
Direito de uso do bem público	127.283	-	(7.876)	(41)	119.366
Servidão	969	-	(123)	20	866
Softwares	879	33	21	21	954
Direito de extensão de concessão	1.204	-	(53)	-	1.151
Licenças ambientais	53.762	37.945	(14.570)	-	77.137
Direitos de uso	10.079	1.433	-	-	11.512
	194.176	39.411	(22.601)	-	210.986

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Amortização</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2016</u>
	Reapresentado					
Em Serviço:						
Direito de uso do bem público	131.765	-	-	(8.162)	3.680	127.283
Servidão	1.106	-	(28)	(109)	-	969
Softwares	889	888	(392)	(506)	-	879
Direito de extensão de concessão	1.267	-	-	(63)	-	1.204
Licenças ambientais	65.391	-	-	(11.629)	-	53.762
Outros Intangíveis	205	-	(205)	-	-	-
Direitos de uso	11.323	-	(1.244)	-	-	10.079
	211.946	888	(1.869)	(20.469)	3.680	194.176

Os ativos intangíveis servidão, concessão onerosa e outros são amortizáveis pelo método linear que representam o padrão de consumo destes direitos. Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de amortização para que todos os ativos sejam amortizados dentro do período da concessão. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

9 - Fornecedores

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Energia elétrica comprada por meio de contratos no ACL	35.049	10.683	35.049	10.683
Encargos de uso da rede elétrica	2.877	3.672	2.877	3.672
Fornecedores de materiais e serviços	5.656	7.087	32.501	86.285
	43.582	21.442	70.427	100.640

10 - Tributos e contribuições sociais a recolher

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
PIS	1.123	1.188	1.322	1.188
COFINS	5.245	5.489	6.160	5.489
IRRF	-	-	484	-
ISS	219	287	219	287
INSS	191	432	191	432
Outros	95	128	186	128
	6.873	7.524	8.562	7.524

11 - Tributos a recolher sobre o lucro

Descrição	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de Renda	50.761	75.167
Contribuição Social	13.162	20.205
	63.923	95.372

11.1 - Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A Companhia possui débitos tributários diferidos de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas aos seguintes itens:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Créditos Tributários				
Reversão de inadimplência junto à CCEE	(1.125)	-	(1.125)	-
Concessão com outorga onerosa (UBP)	6.996	1.703	6.996	1.703
Provisões	11.027	3.118	11.027	3.118
Redução ao valor recuperável de ativos	-	-	-	9.015
Outros	1.946	2.811	1.946	2.811
	18.844	7.632	18.844	16.647
Obrigações Diferidas				
Juros capitalizados - CPC 20	(24.338)	(12.143)	(24.338)	(12.143)
Depreciação fiscal	(17.446)	(6.968)	(17.446)	(6.968)
	(41.784)	(19.111)	(41.784)	(19.111)
	(22.940)	(11.479)	(22.940)	(2.464)
Total do ativo	-	-	-	9.015
Total do passivo	(22.940)	(11.479)	(22.940)	(11.479)
	(22.940)	(11.479)	(22.940)	(2.464)

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	(11.479)	-	(2.464)	-
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(11.461)	(11.479)	(20.476)	(2.464)
Saldo no final do exercício	(22.940)	(11.479)	(22.940)	(2.464)

11.2 - Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado para controladora e consolidado para o exercício de 2017 é conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	319.259	428.917	328.273	419.902
Alíquota vigente - imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Despesa nominal esperada	(108.548)	(145.832)	(111.613)	(142.767)
Diferenças Permanentes - Efeitos Fiscais Incidentes				
sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.712	(7.851)	-	-
Reversão de imposto diferido ativo - Expectativa de Realização	-	-	(9.015)	-
Reversão de provisões constituídas até 2016	-	19.774	-	19.774
Reversão de provisões	2.047	-	2.047	-
Créditos tributários não constituídos	-	-	6.778	(1.901)
Outros	(770)	(2.320)	(771)	(2.320)
Despesa no resultado	(103.559)	(136.229)	(112.574)	(127.214)
Imposto Corrente	(92.098)	(124.750)	(92.098)	(124.750)
Imposto Diferido	(11.461)	(11.479)	(20.476)	(2.464)
	(103.559)	(136.229)	(112.574)	(127.214)
Alíquota efetiva	32%	32%	34%	30%

12 - Concessões a pagar

a) A composição das concessões a pagar para controladora e consolidado é como segue:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
UHE Porto Estrela	277.167	271.336
UHE Capim Branco	25.707	24.136
UHE Candonga	1.857	1.604
	304.731	297.076
Classificadas como:		
Passivo circulante	34.704	26.105
Passivo não circulante	270.027	270.971
	304.731	297.076

b) A movimentação das concessões a pagar para controladora e consolidado é como segue:

Descrição	31/12/2016	Efeitos financeiros		31/12/2017
		reconhecidos	Amortizações	
UHE Porto Estrela	271.336	44.456	(38.625)	277.167
UHE Capim Branco	24.136	6.311	(4.740)	25.707
UHE Candonga	1.604	583	(330)	1.857
	297.076	51.350	(43.695)	304.731

Descrição	31/12/2015	Efeitos financeiros reconhecidos		31/12/2016
			Amortizações	
UHE Porto Estrela	273.889	33.364	(35.917)	271.336
UHE Capim Branco	24.322	4.202	(4.388)	24.136
UHE Candonga	1.864	48	(308)	1.604
	300.075	37.614	(40.613)	297.076

c) Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo para controladora e consolidado são conforme segue:

2018	34.704
2019	30.450
2020	26.630
2021 a 2025	127.012
2026 a 2030	71.746
2031 em diante	14.189
	304.731

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente sobre os fluxos de caixa esperados para outorga onerosa de determinados contratos de concessão utilizando uma taxa média de desconto nominal de 14,17%, e embute a inflação prevista no pagamento das parcelas.

13 - Empréstimos

A composição dos empréstimos para controladora e consolidado é como segue:

Descrição	Vencimento	Encargos Anuais médios (%)	Moeda	Controladora		Consolidado	
				31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Debêntures	10/07/2020	109,5% da DI	R\$	364.409	-	364.409	-
Notas promissórias	14/07/2017	114% do CDI	R\$	-	319.514	-	319.514
Finem BNDES	16/01/2034	TJLP + 2,48%	R\$	-	-	236.603	-
				364.409	319.514	601.012	319.514
Classificadas como:							
Passivo circulante				84.409	319.514	98.252	319.514
Passivo não circulante				280.000	-	502.760	-
				364.409	319.514	601.012	319.514

a) Debêntures

Possuem cláusulas restritivas com base nas Demonstrações Financeiras semestrais, onde o índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser maior ou igual a 3,5. O índice obtido em 31 de dezembro de 2017 é inferior ao citado parâmetro. Ademais, possuem ainda outras cláusulas de restrições quanto à mudança, transferência ou cessão do controle societário,

incorporação, fusão e cisão sem a prévia anuência do credor. Cumpre ressaltar que a Companhia está à adimplente a totalidade das cláusulas restritivas prevista no citado contrato.

b) Finem BNDES

Em 08 de dezembro de 2017 a Companhia, suas subsidiária Aliança Eólica Santo Inácio Participações (“Aliança Eólica”) e das subsidiárias Central Eólica Santo Inácio III, Central Eólica Santo Inácio IV, Central Eólica São Raimundo e Central Eólica Garrote (“SPEs”) assinaram, em conjunto, o Contrato de Financiamento Nº17.2.0274.1 e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças Nº 17.2.0274.2, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O financiamento era condição prevista no Plano de Negócios do Parque Eólico Santo Inácio, possui volume financeiro de R\$243.500,00, prazo de pagamento em 16 anos e remuneração definida pela taxa TJLP + 2,48% ao ano.

Foram dados em garantia: (i) penhor da totalidade das ações da Aliança Eólica, (ii) penhor da totalidade das ações das SPEs, (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios provenientes dos contratos de compra e venda de energia das SPEs, (iv) cessão fiduciária de quaisquer outros direitos e/ou receitas das SPEs, (v) cessão fiduciária dos créditos que venham a ser depositados nas contas centralizadoras das SPEs e da Aliança Eólica, (vi) cessão fiduciária dos direitos emergentes da autorização das SPEs dada pela Aneel, (vii) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento, supervisão, montagem e comissionamento dos aerogeradores, (viii) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de operação e manutenção do Parque Eólico Santo Inácio, (ix) penhor das máquinas e equipamentos das SPEs e (x) prestação de fiança corporativa da Companhia, responsabilizando-se solidariamente pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas até a liquidação total do contrato de financiamento.

Dentre as obrigações assumidas, comuns a este tipo de contrato, destaca-se a manutenção por parte das SPEs do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em um nível igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos), medido e auditado anualmente com base nos valores apurados nas demonstrações financeiras dos últimos doze meses. Caso deixe de atingir o ICSD exigido, as SPEs incorrerão em aumento do número de parcelas retidas nas contas reserva do serviço da dívida, que passarão de três vezes para seis vezes o valor do último pagamento mensal ao BNDES.

A movimentação dos empréstimos é como segue:

Evento	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	319.514	319.514
Encargos financeiros provisionados	37.968	38.212
Amortização do Principal	(300.000)	(300.000)
Amortização de Juros	(43.218)	(43.218)
Financiamentos obtidos líquidos dos custos de captação	350.145	586.504
Saldo em 31 de dezembro de 2017	364.409	601.012

Evento	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-
Financiamentos obtidos líquidos dos custos de captação	545.483
Encargos financeiros provisionados	42.947
Encargos financeiros pagos	(18.916)
Amortização do principal	(250.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	319.514

Referente a movimentação dos empréstimos no ano de 2017, apenas os montantes de R\$37.968 (no individual) e R\$38.212 (consolidado) não tiveram efeito de caixa.

O principal indexador utilizado para atualização monetária dos empréstimos teve as seguintes variações acumuladas anualizadas:

Indexador	31/12/2017	31/12/2016
CDI	7,0%	13,6%
TJLP	7,5%	7,0%

O vencimento dos empréstimos apresentados no passivo não circulante é conforme segue:

Evento	Controladora	Consolidado
2019	140.000	154.769
2020	140.000	154.769
2021	-	14.769
2022	-	14.769
2023	-	14.769
2024 a 2028	-	73.843
2029 a 2033	-	75.072
Empréstimos	280.000	502.760

14 - Encargos regulatórios a recolher

A composição dos encargos setoriais a recolher para controladora e consolidado é conforme segue:

Encargos	31/12/2017	31/12/2016
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	3.806	5.164
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	247	249
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	439	283
Pesquisa expansão sistema energético - MME	219	567
Pesquisa e desenvolvimento	11.777	7.177
	16.488	13.440
Classificados como:		
Passivo circulante	4.711	6.263
Passivo não circulante	11.777	7.177
	16.488	13.440

15 - Provisão para compromissos futuros

A composição da provisão para a controladora é conforme segue:

	Saldo em 31/12/2016	Adições / (Atualização)	Pagamentos	Atualização	Saldo em 31/12/2017
Aimorés	41.754	24.556	(20.470)	6.393	52.233
Candongá	7.578	(4.423)	(202)	1.165	4.118
Capim Branco	3.729	-	(2.081)	573	2.221
Funil	-	15.817	(1.729)	787	14.875
	53.061	35.950	(24.482)	8.918	73.447

Classificadas como:	31/12/2017
Passivo circulante	36.537
Passivo não circulante	36.190
	73.447

A composição da provisão para o consolidado é conforme segue:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Pagamentos	Atualização	Saldo em 31/12/2017
Aimorés	41.754	24.556	(20.470)	6.393	52.233
Candongá	7.578	(4.423)	(202)	1.165	4.118
Capim Branco	3.729	-	(2.081)	573	2.221
Funil	-	15.817	(1.729)	787	14.875
Projeto Eólico de Santo Inácio	-	1.995	-	-	1.995
	53.061	37.945	(24.482)	8.918	75.442

Classificadas como:	31/12/2017
Passivo circulante	36.673
Passivo não circulante	38.769
	75.442

	Saldo em 31/12/2015	Pagamentos	Atualização	Saldo em 31/12/2016
Aimorés	54.726	(21.510)	8.538	41.754
Candongá	11.843	(6.113)	1.848	7.578
Capim Branco	4.496	(1.468)	701	3.729
	71.065	(29.091)	11.087	53.061

Classificadas como:	31/12/2016
Provisão para compromissos futuros - Passivo circulante	21.909
Provisão para compromissos futuros - Passivo não circulante	31.152
	53.061

Considerando que (i) a Companhia obtém licenças ambientais e, conseqüentemente, deve cumprir as obrigações nelas constantes para operar; (ii) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos;

e (iii) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no seu ativo intangível conforme estabelecido pelo OCPC 05 – Contratos de Concessão. Durante o prazo de vigência das licenças de operação tais custos são registrados no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudança no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros durante a fase de operação de seus empreendimentos em operação.

A provisão foi constituída para as usinas que possuem licença operacional em vigor. A Companhia está em processo de renovação das licenças de operação para as demais usinas e possuem perspectivas positivas quanto a conclusão do citado processo de renovação.

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente para mensuração do valor das provisões para compromissos futuros utilizando uma taxa média de desconto nominal de 7,51%.

16 - Processos Judiciais

a) Provisões para processos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias entre outras.

A composição dos passivos contingentes da Companhia se refere às contingências associadas aos ativos aportados na Companhia por seus dois acionistas e processos regulatórios.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, e nas quais a Companhia figura no polo passivo baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessário a saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Controladora e Consolidado			Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Reversões/ Pagamentos	
Ambiental	3.072	3.100	(1.475)	4.697
Cíveis	10.154	4.794	(1.474)	13.474
Trabalhistas	725	197	(441)	481
Regulatório	-	73.845	-	73.845
	13.951	81.936	(3.390)	92.497

Controladora e Consolidado

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Reversões/ Pagamentos	Saldo em 31/12/2016
Ambiental	1.076	2.343	(347)	3.072
Cíveis	2.569	8.990	(1.405)	10.154
Trabalhistas	243	487	(5)	725
Outras	-	9	(9)	-
	3.888	11.829	(1.766)	13.951

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é provável e para os quais foram constituídas provisões

Os valores apresentados para as provisões refletem as melhores expectativas dos desembolsos futuros para as contingências relacionadas a elas, sendo os detalhes sobre os principais processos judiciais relativos a estas provisões conforme segue:

Ações Regulatórias

Pedido Liminar - Ação para retorno de Candonga ao MRE

Em 6 de maio de 2016, a ANEEL emitiu despacho suspendendo a operação comercial das três unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves (“Candonga”). O referido despacho foi publicado em 9 de maio de 2016, data da efetiva suspensão da operação comercial imposta pela ANEEL, a qual implicou em um substancial aumento do custo com compra de energia por parte da Companhia desde então.

Em fevereiro de 2017, após a confirmação da decisão, a Companhia ajuizou ação questionando tal decisão da ANEEL, uma vez que entende que não pode ser responsabilizada pelos impactos em sua Usina advindos do rompimento da barragem de Mariana. Adicionalmente, a Aliança teve, no início de abril de 2017, um pedido de liminar deferido pela Justiça Federal de Minas Gerais, em decisão o juiz apontou excludente de responsabilidade da Companhia pela falta de condição operativa da Usina de Candonga, uma vez que tal situação foi ocasionada por caso fortuito extremo. Nesta mesma decisão, o juiz determinou que a Usina fosse considerada como participante efetiva do MRE, bem como tivesse expurgado todos os efeitos decorrentes de sua indisponibilidade no período. Pelo disposto, durante o exercício de 2017, a Aliança teve contabilizados a seu favor – no âmbito da CCEE – todos os montantes referentes à suspensão da operação de Candonga.

O pedido liminar deferido em favor da Aliança se refere a um processo judicial movido pela própria Companhia e ainda em curso. Assim sendo, dada à incerteza referente a qual fato geraria a obrigação

da Companhia de devolver os valores já efetivamente realizados, a Aliança provisiona o montante total de R\$73.845 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2016), que se referem valores efetivamente realizados na CCEE através da liquidação de curto prazo.

Ações Cíveis - UHE Aimorés

Danos morais e materiais

Referem-se a 2 ações cíveis diversas ajuizadas por moradores dos municípios de Aimorés, Resplendor, Itueta e Baixo Guandu, pelas quais pleiteiam a reparação de danos materiais diversos sofridos com a construção da UHE Aimorés, no valor total de R\$ 432 (R\$657 em 31 de dezembro de 2016), sendo a sua classificação como prognóstico de provável.

Ação Civil Pública COPASA

Trata-se de ACP ajuizada pelo MPMG de Resplendor, pleiteando, liminarmente, a assinatura de aditivo ao Convênio que venceu em 2013, bem como a realização da pavimentação asfáltica das ruas indicadas pela COPASA no bojo do ICP (Inquérito Civil Público) que fundamentou a judicialização.

Em 2011, foi firmado convênio entre COPASA e, à época, o Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, sendo que eram obrigações da empresa de saneamento a realização de ligações de esgotamento sanitário, bem como da pavimentação de ruas nas quais ocorreram ou ocorreriam intervenções. A obrigação do Consórcio era, tão somente, realizar os pagamentos relativos às execuções civis.

Por motivos alheios à gestão do Consórcio as execuções não foram finalizadas, tendo expirado o prazo de validade do convênio.

Ação está provisionada como perda provável, no montante de R\$9.877 (R\$8.119 em 31 de dezembro de 2016) uma vez que o valor é devido e deverá ser repassado.

Ação Cível - Desapropriação

Tratam-se de 3 ações de desapropriação, cujo depósito judicial realizado – a título de oferta de indenização – é de R\$355. Houve alteração de prognóstico em razão de decisão desfavorável, para a qual a Companhia apresentou recurso. O montante provisionado como perda provável é de R\$2.419 (R\$0 em 31 de dezembro de 2016).

Ações Ambientais - UHE Aimorés

Homologação de pagamento de compensação ambiental

Trata-se de Ação Civil Pública, 2003.38.00.017005-4, que tramitou perante a 6ª Vara da Justiça Federal em Belo Horizonte e foi suspensa em 29 de junho de 2007, em razão da criação da Seção Judiciária de Governador Valadares, para onde os autos foram remetidos em 27 de setembro de 2010, onde continua tramitando sob nova numeração (00098108920104013813). Em maio de 2014 o Ministério Público Federal em Governador Valadares requereu que fosse efetuado, em juízo, o depósito do valor estipulado para compensação ambiental, o que foi realizado em 12 de maio de 2014 com o depósito, à disposição do juízo, da importância de R\$1.780. Este valor permanece depositado em juízo até a definição judicial do órgão público que tem legitimidade para seu levantamento (Vide Nota Nº 16.b - Depósitos Judiciais). O processo ficou suspenso, e aguarda agendamento de audiência, na qual se espera a homologação do pagamento da compensação ambiental. O montante do depósito judicial efetuado é de R\$1.780 (R\$1.700 em 31 de dezembro de 2016), valor que reflete a expectativa de perda para esta ação.

Anulação do "Contrato Beira Rio"

O montante de R\$971 (R\$808 em 31 de dezembro de 2016) é referente a uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em face do Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés - CHA e outros, que tem por objetivo a declaração de nulidade do Termo de Acordo e Quitação - TAQ firmado entre o município e o Consórcio, bem como a condenação do IBAMA para providenciar a execução da condicionante 2.14 da Licença de Operação nº 512/2005, com a finalidade da reconstrução imediata do trecho alagado da Estrada Beira-Rio. Importante informar que, para os demais itens da ação, houve decisão de primeira instância desfavorável à pretensão autoral, determinando a emissão de alvará para o levantamento dos valores ora depositados. Como foi apresentado recurso pelo Ministério Público, é necessário aguardar o julgamento de segunda instância. A Companhia realizou depósito judicial no montante de R\$ 971 (R\$895 em 31 de dezembro de 2016), valor que reflete a expectativa de perda para esta ação.

Auto de Infração nº 557482 e Ação Anulatória Nº 0045378-06.2013.4.01.3800

Auto de Infração lavrado pelo Ibama em 2006 em desfavor do antigo Consórcio Aimorés, sendo alegado o descumprimento de algumas condicionantes da licença de operação da UHE Aimorés, com aplicação de multa no valor histórico de R\$ 400 e que foi posteriormente dobrado tendo em vista a reincidência genérica. Houve decisão desfavorável na esfera administrativa em primeira e segunda instância. O valor atualizado da multa provisionada é R\$874 (R\$1.083 em 31 de dezembro de 2016).

Em 2014, foi proposta ação anulatória requerendo o cancelamento do Auto de Infração lavrado, com consequente extinção da multa nele cominada, sendo depositado valor caução, no importe de R\$874 (R\$573 em 31 de dezembro de 2016), necessário para a análise dos efeitos da tutela antecipada, que foram devidamente concedidos, suspendendo, portanto, a exigibilidade da multa.

Outras Ações

A Companhia é parte em outras ações que são individualmente de menor relevância, mas cujo prognóstico de perda é provável, de forma que são mantidas provisões nos seguintes montantes: R\$481 (R\$725 em 31 de dezembro de 2016) para 13 ações trabalhistas, R\$1.072 (R\$379 em 31 de dezembro de 2016) para 5 ações ambientais, e R\$ 746 (R\$327 em 31 de dezembro de 2016) para 9 ações cíveis.

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cujo a expectativa de perda é possível e para os quais não foram constituídas provisões

A Companhia possui passivos contingentes referentes a processos judiciais para os quais acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e que, portanto, sua expectativa de perda é considerada possível. O montante estimado envolvido nestas discussões totaliza R\$ 76.829 sendo os detalhes para os principais valores apresentados como segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fiscal	34.785	-
Ambiental	6.705	2.047
Cíveis	9.697	9.598
Regulatório	25.448	18.866
Outras	194	-
	<u>76.829</u>	<u>30.511</u>

Ações Fiscais

Auto de Infração nº 01.000622023-90

Em 2 de março de 2017 foi lavrado pela Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais SEFAZ-MG Auto de Infração em desfavor da Companhia, sendo alegado o omissso de recolhimento de ICMS no valor total de R\$ 34.785 (Principal de R\$ 20.221 e Multa de R\$ 10.111), por ter promovido saída de parte de energia elétrica adquirida ao abrigo da isenção prevista nas alíneas (b) e (e) do item 210 da Parte I do Anexo I do RICMS/02, para pessoa diversa da indicada na alínea (c) do citado item, contrariando assim as normas estabelecidas na alínea (a) do item 2101.2.

Em 12 de abril de 2017 a Companhia apresentou impugnação ao auto de Infração em questão, nos termos do artigo 117 do Decreto nº 44.747/2008 (RPTA) o qual foi indeferido na esfera administrativa. O processo se encontra ainda pendente de julgamento na esfera judicial, todavia, o prognóstico de perda para esta ação é classificado como possível baseado na avaliação de seus assessores jurídicos.

Ações Regulatórias

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores. Em abril de 2015, a Companhia obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada. A União Federal interpôs agravo de instrumento contra a decisão liminar de primeira instância e aguarda-se julgamento deste agravo pelo Tribunal Regional Federal. Conforme estimativas da Companhia o valor da contingência é de, aproximadamente R\$22.988 (R\$18.866 em 31 de dezembro de 2016), atualizados até a data dessas Demonstrações Financeiras. Com base nos argumentos e considerando que o assunto dependerá de futura decisão do governo, os assessores jurídicos da Companhia consideraram o risco de perda desta contingência como possível.

Ações Cíveis - UHE Aimorés

Atividade Pesqueira

9 ações cíveis com valor total de R\$4.163 (R\$4.206 em 31 de dezembro de 2016) propostas por pescadores da região da UHE Aimorés que alegam que a construção do empreendimento hidrelétrico comprometeu a atividade pesqueira da região e pleiteiam, em sua maioria, indenização por danos materiais. Apesar das ações propostas, a Companhia já possui uma força tarefa na UHE de Aimorés onde foi desenvolvido um Programa de Readequação para Pescadores que visa reativar economicamente os pescadores das cidades onde o empreendimento atua. Isso porque a atividade da pesca profissional encontra-se dificultada na região, não apenas pela implantação da Usina de Aimorés, mas principalmente pela degradação geral da bacia do rio Doce, causada pela baixa qualidade da água, decorrente do lançamento de grandes quantidades de defensivos agrícolas e de esgoto não tratado no rio, da redução da quantidade da água e do assoreamento, da falta de mata ciliar e da proteção das encostas e dos topos de morro. Atualmente, o programa abrange 123 pescadores e oferece o assessoramento e oportunidade de desenvolverem uma nova atividade produtiva, de forma que eles tenham condições de obter emprego e renda.

Danos morais e materiais

Cerca de 17 ações cíveis diversas ajuizadas por moradores dos municípios de Aimorés, Resplendor, Itueta e Baixo Guandu, onde pleiteiam a reparação de danos materiais diversos sofridos com a construção da UHE Aimorés, no valor total de R\$ 1.453 na data base (R\$1.173 em 31 de dezembro de 2016). Tendo em vista a necessidade de provas em cada caso, a classificação do prognóstico de perda dessas ações é possível.

Ação Civil Pública - Trecho de Vazão Reduzida

Ação civil pública proposta em 2001, em que o Ministério Público Federal (“MPF”) objetivava a suspensão imediata das obras de implantação, suspensão das Licenças Prévia e de Instalação concedidas pelo IBAMA para a UHE Aimorés. Com a atual fase de operação da UHE Aimorés, o MPF alega impossibilidade de renovação da licença de operação e discute-se uma série de pleitos. A sentença de primeira instância foi parcialmente favorável ao MPF, estando a ação hoje restrita a dois pontos: (i) formação de um espelho d’água permanente em todo o Trecho de Vazão Reduzida (“TVR”) e (ii) potenciais danos causados a ictiofauna (peixes), sendo que a Companhia já interpôs recurso de apelação. Paralelo a esta discussão, o IBAMA lavrou auto de infração no valor atualizado de R\$1.662 (R\$1.470 em 31 de dezembro de 2016) alegando que a UHE Aimorés operou em desacordo com a Licença de Operação, uma vez que, no Trecho de Vazão Reduzida não houve a manutenção de um espelho d’água permanente em frente a cidade de Aimorés. Aguarda-se julgamento da defesa apresentada sobre esse auto. Importante ressaltar que a criação do espelho d’água foi concluída em parte do TVR, conforme previsto nos estudos ambientais.

Ações Cíveis - UHE Candonga

Ação Civil Pública em face da Samarco Mineração S.A. e Consórcio Candonga

Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual e Advocacia Geral do Estado, em face da Samarco Mineração S.A. e Consórcio Candonga. A pretensão relativa ao Consórcio, parte capaz de trazer impactos para o resultado da Aliança caso haja condenação, refere-se à intenção de utilização do reservatório da Usina como receptáculo de rejeitos que eventualmente sejam carreados no caso de rompimento da barragem de Germano, da Samarco, e, ainda, o esvaziamento do reservatório no prazo de dois dias, custeado pela mineradora. Foi deferida liminar com essas determinações, que foi imediatamente combatida pelo Consórcio, sob os argumentos de impossibilidade do cumprimento das determinações do julgador, em razão de risco iminente de a barragem não suportar o peso do material carreado (uma vez que sua densidade é aproximadamente quatro vezes maior que a da água) e romper ou galgar, causando um impacto muito maior nas comunidades localizadas à jusante da UHE, além da impossibilidade de promover o esvaziamento do reservatório, quase que integralmente assoreado, por ausência de tecnologia para realizar a dragagem no tempo determinado e lugar para dispor, adequadamente, o material dragado. O desembargador relator do caso acolheu parcialmente os pleitos do consórcio, entendeu que esse não poderia ser penalizado na mesma medida em que a mineradora, uma vez que se trata de vítima dos fatos, e determinou as obrigações de a) permitir e facilitar o acesso dos trabalhadores da Samarco durante o trabalho de esvaziamento dos rejeitos de minério (o que passou a ser obrigação integralmente dela); b) dar suporte técnico designando 01 ou mais profissionais especializados para acompanhar os trabalhos, a fim de que toda a atividade seja desenvolvida com segurança; c) disponibilizar alojamento para que os trabalhadores da Samarco possam realizar suas refeições, para descanso, pernoite e higiene pessoal básica. Por derradeiro, restou ainda determinada a utilização do reservatório para conter os rejeitos de minério oriundos da barragem de Germano, caso ocorra seu rompimento. Seu prognóstico é classificado como de perda possível, pois, a instrução processual não foi completada por motivo de remessa para vara federal, já Justiça Federal. Adicionalmente, o entendimento é de que não cabe qualquer condenação para o Consórcio.

Rescisão de contrato

Trata-se de ação para rescisão de contrato ajuizada pelo Consórcio Candonga, em face dos proprietários da Fazenda Cachoeira Alta. Em breve síntese, a propriedade foi adquirida, mas, alguns dos requisitos essenciais do contrato não foram adimplidos, o que fundamentou o pleito de rescisão judicial da promessa de compra e venda.

Todavia, os proprietários requereram a reconvenção, ou seja, ao invés de pagar os valores já antecipados pelo Consórcio, estão pedindo multa e percepção de outras parcelas, alegando que o cancelamento do contrato foi indevido e que existem dívidas pendentes. O montante atualizado na data base é de R\$1.084 (R\$0 em 31 de dezembro de 2016).

Ação Ambiental – UHE Aimorés

Condicionante Ambiental

Trata-se de Auto de Infração lavrado pelo IBAMA, pelo suposto não atendimento à Condicionante 2.12 da Licença de Operação nº 512/2005 (1ª renovação) referente à UHE Aimorés no âmbito do Processo de Licenciamento Ambiental nº 02001.003983/98-39, causando prejuízos ambientais, econômicos e sociais, conforme Parecer nº 02015.000159/2015-85 NLA/MG/IBAMA. Essa condicionante é referente à medidas compensatórias aos danos causados pela implantação da usina. O montante atualizado classificado como possível é de R\$5.377 (R\$0 em 31 de dezembro de 2016).

Outras Ações

Recurso Administrativo – Processo de Licenciamento Ambiental de Renovação da LO de Funil – Condicionante nº 03

Trata-se de recurso administrativo referente ao processo de licenciamento ambiental de renovação da licença de operação da Usina de Funil, que tem como objeto a Condicionante nº 3, que dispõe “*Comprovar a regularização das áreas de preservação permanente (“APP”), (aquisição, desapropriação ou instituição de servidão administrativa) pelo empreendimento, ressalvadas as áreas definidas pelo Pacuera que serão utilizadas para a implantação dos polos turísticos e de lazer*”. A Companhia interpôs recurso junto ao Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, apresentando tese que versa sobre a desnecessidade de desembolso para pagamento de contraprestação ou indenização relativos à aquisição ou desapropriação de terras, já que a tese da empresa é no sentido de ser possível a implantação da APP por meio de instituição de servidão administrativa. Baseado na opinião de seus consultores jurídicos que entendem ser possível a aprovação deste recurso pelo COPAM, a Administração da Companhia não registrou nenhuma provisão referente a custos com aquisição e desapropriação em 31 de dezembro de 2017.

Adicionalmente, Companhia é parte em outras 7 ações cíveis que totalizam um montante de R\$1.335 (R\$1.240 em 31 de dezembro de 2016), 1 ação regulatória no montante de R\$2.460 (R\$0 em 31 de dezembro de 2016) e em outras 24 ações ambientais que totalizam R\$1.328 (R\$214 em 31 de dezembro de 2016), as quais são individualmente de menor relevância e cujo prognóstico de perda é possível.

b) Depósitos Judiciais

Os Depósitos vinculados a litígios referem-se, principalmente, às contingências ambientais.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhista	122	232
Ação Civil Pública – Beira Rio	970	895
Cíveis	411	-
Ambiental	7.180	4.480
Unidade de conservação ambiental de Pau Furado	3.782	3.638
Compensação ambiental	2.213	-
Questionamento de auto de infração	872	835
Outros	398	7
	8.768	5.607

O montante de R\$ 970 é referente a uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em face do Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés - CHA.

Os Depósitos vinculados a litígios, no montante de R\$ 3.782 são relativos a aquisições de áreas para constituição da Unidade de Conservação Ambiental de Pau Furado, em atendimento às condicionantes ambientais de compensação florestal do Consórcio Capim Branco. O consórcio ainda mantém discussões na esfera administrativa e judicial acerca da extensão desta área, motivo pelo qual o montante se encontra depositado em juízo.

O montante de R\$ 2.213 é referente a uma ação ambiental descrita na Nota N° 16.a - Provisões para processos judiciais, na secção de causas de prognóstico provável, subitem das Ações Ambientais - UHE Aimorés, e sob o título de “Homologação de pagamento de compensação ambiental”.

O montante de R\$ 872 é referente a uma ação anulatória contra um auto de infração lavrado pelo IBAMA, no qual foi aplicada multa nesse valor pela autarquia. Para maiores detalhes acerca da motivação do citado auto de infração, bem como o processo administrativo que o questiona, conforme mencionado anteriormente.

17 - Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro 2017 e em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Companhia era de R\$ 1.291.488, dividido em 1.291.582.500 (um bilhão, duzentas e noventa e um milhões, quinhentas e oitenta e duas mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição do capital social da Companhia é conforme segue:

Acionistas	31/12/2017		31/12/2016	
	(Nº de Ações)	(Em R\$)	(Nº de Ações)	(Em R\$)
Vale S.A.	710.370.375	710.318.126	710.370.375	710.318.126
Cemig GT	581.212.125	581.169.375	581.212.125	581.169.375
	1.291.582.500	1.291.487.501	1.291.582.500	1.291.487.501

(a) *Dividendos*

A Lei nº 6.404/76, na forma de seu artigo 202, inciso I, garante aos acionistas o recebimento de pelo menos metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido das importâncias destinadas à constituição da reserva legal, bem como à formação e/ou reversão da reserva para contingências.

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição da totalidade dos lucros líquidos apurados como dividendos, respeitados os planos de negócios e de investimentos aprovados pela Companhia. Desta forma o montante de R\$160.700 está classificado como dividendos a pagar.

A Assembleia Geral Ordinária de 24 de abril de 2017 destinou o montante de R\$114.614 para pagamento de dividendos adicionais, referentes aos resultados apurados em exercícios anteriores.

A Administração autorizou o pagamento aos seus acionistas de R\$66.000 em 29 de maio de 2017 e R\$48.614 em 22 de setembro de 2017.

Em 15 de dezembro de 2017, a Administração autorizou o pagamento de R\$55.000 aos seus acionistas a título de dividendos intermediários.

(b) Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social.

Assim, a Companhia não constituiu reserva legal no exercício comparativo, em decorrência das reservas de capital representarem 44% do capital social.

(c) Reserva de Capital

O tratamento dado à integralização dos ativos de titularidade da acionista Vale ao capital da Companhia, no valor líquido de R\$ 1.276.668, é o seguinte: R\$ 710.251 foram destinados à conta do capital social e o montante de R\$ 566.417 foi destinado à constituição de Reserva de Capital, de forma que se manteve no Capital Social a proporção de 55% e 45% para Vale e Cemig GT, respectivamente.

(d) Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	215.700	292.688
Média ponderada das ações (ações em milhares)	1.291.582	1.291.582
Lucro básico por ação (em R\$)	<u>0,17</u>	<u>0,23</u>

18 - Receita

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	1.054.615	948.072	1.057.287	948.072
Transações com energia na CCEE	3.685	2.374	12.345	2.374
Receita bruta pela prestação de serviços	3.548	5.197	3.443	5.197
Ajuste a valor presente (c)	(10.339)	(24.661)	(10.339)	(24.661)
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(131.721)	(127.250)	(132.832)	(127.250)
	<u>919.788</u>	<u>803.732</u>	<u>929.904</u>	<u>803.732</u>

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores para controladora e consolidado, é a seguinte:

	<u>Controladora</u>			
	<u>MWh (*)</u>	<u>R\$</u>	<u>MWh (*)</u>	<u>R\$</u>
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2016</u>
Industrial ou equivalente	3.761.168	543.363	3.404.246	516.473
Comercial ou equivalente	285.552	96.837	368.791	25.307
Suprimento a outras concessionárias	1.870.442	414.415	2.075.893	406.292
	<u>5.917.716</u>	<u>1.054.615</u>	<u>5.848.930</u>	<u>948.072</u>

	<u>Consolidado</u>			
	<u>MWh (*)</u>	<u>R\$</u>	<u>MWh (*)</u>	<u>R\$</u>
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2016</u>
Industrial ou equivalente	3.772.328	546.035	3.404.246	516.473
Comercial ou equivalente	285.552	96.837	368.791	25.307
Suprimento a outras concessionárias	1.963.008	414.415	2.075.893	406.292
	<u>6.020.888</u>	<u>1.057.287</u>	<u>5.848.930</u>	<u>948.072</u>

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

b) Impostos e encargos incidentes sobre a receita para controladora e consolidado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Tributos sobre a Receita				
PIS	17.410	15.522	17.608	15.522
COFINS	80.317	71.496	81.230	71.496
ICMS	5.809	7.895	5.809	7.895
ISS	178	247	178	247
	103.714	95.160	104.825	95.160
Encargos do Consumidor				
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	16.319	21.246	16.319	21.246
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	2.961	2.996	2.961	2.996
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	1.745	1.570	1.745	1.570
Pesquisa expansão sistema energético - MME	3.491	3.139	3.491	3.139
Pesquisa e desenvolvimento	3.491	3.139	3.491	3.139
	28.007	32.090	28.007	32.090
	131.721	127.250	132.832	127.250

c) Ajuste a valor presente

Refere-se ao ajuste a valor presente reconhecido pelo alongamento de prazo concedido a clientes na venda de energia elétrica no Ambiente de Comercialização Livre.

19 - Custos e despesas operacionais

A composição dos custos e das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

a) Custos com geração de energia para controladora e consolidado

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Energia elétrica comprada para revenda	(407.036)	(160.252)	(406.357)	(160.252)
Repasse repactuação do Risco Hidrológico	102.245	18.244	102.245	18.244
Depreciação e amortização	(126.553)	(124.704)	(128.204)	(124.704)
Serviços de terceiros	(42.593)	(34.178)	(49.707)	(34.178)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(42.252)	(41.176)	(42.552)	(41.176)
Pessoal	(25.034)	(22.286)	(25.264)	(22.286)
Participação dos empregados e administradores no resultado	(3.751)	(4.896)	(3.751)	(4.896)
Materiais	(2.752)	(2.452)	(2.886)	(2.452)
Reversões operacionais	3.309	54.850	3.309	54.850
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(10.334)	3.332	(11.725)	3.332
	(554.751)	(313.518)	(564.892)	(313.518)
Classificação no Resultado				
Energia elétrica comprada para revenda	(304.791)	(142.008)	(304.112)	(142.008)
Reversões (provisões) operacionais	3.309	54.850	3.309	54.850
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(42.252)	(41.176)	(42.552)	(41.176)
Depreciação e amortização	(126.553)	(124.704)	(128.204)	(124.704)
Outros custos com geração de energia	(84.464)	(60.480)	(93.333)	(60.480)
	(554.751)	(313.518)	(564.892)	(313.518)

b) Despesas operacionais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Serviços de terceiros	(7.434)	(11.253)	(8.732)	(16.053)
Pessoal	(11.268)	(9.771)	(11.268)	(9.771)
Participação dos empregados no resultado	(1.037)	(2.531)	(1.037)	(2.531)
Depreciação e amortização	(346)	(497)	(368)	(497)
Redução ao valor recuperável dos ativos	-	-	26.515	(26.515)
Materiais	(42)	(112)	(42)	(112)
Outras despesas operacionais, líquidas	(1.317)	(2.497)	(1.323)	(2.497)
	(21.444)	(26.661)	3.745	(57.976)
Classificação no Resultado				
Despesas gerais e administrativas	(21.098)	(26.015)	4.113	(30.815)
Outras despesas operacionais	(346)	(646)	(368)	(27.161)
	(21.444)	(26.661)	3.745	(57.976)
Resultado de equivalência patrimonial	10.914	(23.092)	-	-
	(10.530)	(49.753)	3.745	(57.976)

20 - Receitas e despesas financeiras

A composição do resultado financeiro para controladora e consolidado é conforme segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS FINANCEIRAS				
Realização do ajuste a valor presente (Nota 18.c)	12.623	-	12.623	-
Renda de Aplicação Financeira	14.852	38.461	13.550	38.461
Outras	2.121	7.791	2.121	7.791
	29.596	46.252	28.294	46.252
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos financeiros - concessões a pagar	(51.350)	(37.614)	(51.350)	(37.614)
Encargos financeiros – provisões ambientais	(8.918)	(11.087)	(8.918)	(11.087)
Encargos de empréstimos e financiamentos	(2.101)	(7.232)	(6.035)	(7.232)
Outras	(2.475)	(1.863)	(2.474)	(2.655)
	(64.844)	(57.796)	(68.777)	(58.588)
	(35.248)	(11.544)	(40.483)	(12.336)

21 - Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Subsidiárias integrais								
Central Eólica Garrote Ltda. (1)	12.342	4.034	680	-	25	219	680	-
Central Eólica São Raimundo Ltda. (1)	404	7.142	-	-	25	-	-	-
Central Eólica Santo Inácio III Ltda. (1)	11.955	38.079	-	-	31	328	-	-
Central Eólica Santo Inácio IV Ltda. (1)	10.947	4.376	-	-	25	-	-	-
Aliança Eólica Santo Inácio Participações (1)	23.243	125.670	-	-	-	-	-	-
Controladoras em conjunto								
Vale S.A.								
Contas a receber - Venda de Energia (2)	38.957	171.968	-	-	543.138	567.869	-	-
Acerto das contingências passivas (3)	10.384	7.960	-	-	-	-	-	-
Outros valores a receber de parte relacionada (11)	257	3.233	-	-	1.902	3.233	-	-
Cemig GT								
Contas a receber - Venda de Energia (12)	6.281	5.722	-	-	72.222	76.056	-	-
Acerto das contingências Passivas (3)	7.971	6.941	-	-	-	-	-	-
Tarifa pela utilização do sistema de transmissão (6)	-	-	49	7	-	-	477	370
Contas a pagar - O&M (4)	-	-	1.151	3.344	-	-	11.488	11.891
Outras partes relacionadas								
Cemig D								
Contas a receber - Venda de Energia (7)	4.973	5.809	-	-	69.270	83.166	-	-
Contas a pagar - Mercado Cativo (8)	-	-	-	1	-	-	1.432	1.352
Tarifa pela utilização do sistema de distribuição (9)	-	-	2.458	33	-	-	27.162	27.277
Vale Energia S.A.								
Contas a receber - Compra de Energia (5)	17.666	-	-	-	96.837	-	-	-
Contas a Pagar - Compra de Energia (5)	-	-	17.164	-	-	-	115.773	-
Aliança Norte								
Outros valores a receber de parte relacionada (10)	122	125	-	-	1.540	1.964	-	-
Ativos Data Center S.A.								
Fornecedores (13)	-	-	36	-	-	-	1.072	1.129

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- 1) Refere-se basicamente a (i) Adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$23.110; (ii) mútuo no montante de R\$33.953 e, (iii) recuperação de despesas que competem às SPE's Garrote, São Raimundo, Santo Inácio III e Santo Inácio IV e que foram pagas pela Aliança Energia, no montante de R\$1.118. As referidas entidades compõem o Parque Eólico Santo Inácio;
- 2) Refere-se às vendas de energia elétrica à acionista Vale S.A. para consumo próprio em suas unidades produtivas;
- 3) Refere-se às despesas com contingências relacionadas a causas que tem como fato gerador eventos ocorridos em datas anteriores à do aporte dos ativos, que ocorreu em 27 de fevereiro de 2015 (Vide Nota Nº 16). A Companhia detém contra seus acionistas o direito de ressarcimento destes valores, em conformidade com a cláusula XI do Contrato Definitivo de Associação entre Vale S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., datado de 5 de agosto de 2014 ("Contrato de Associação");
- 4) Refere-se ao à prestação de serviços de operação e manutenção efetuados pela Cemig GT para as Usinas de Capim Branco e Aimorés.
- 5) Refere-se às compras de energia elétrica junto à Vale Energia S.A. com o objetivo de redução da exposição da Aliança no mercado de curto prazo (CCEE);
- 6) Refere-se aos valores pagos para a Cemig Geração e Transmissão a título de tarifa de utilização do sistema de transmissão de energia;
- 7) As operações de venda de energia elétrica com distribuidoras, neste caso a Cemig Distribuição S.A., foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal. Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
- 8) Refere-se aos valores pagos à Cemig Distribuição S.A. pelo consumo de energia elétrica.
- 9) Refere-se aos valores pagos para a Cemig Distribuição S.A. a título de tarifa de utilização do sistema de distribuição de energia;
- 10) Refere-se ao contrato de prestação de serviço para a Aliança Norte Participações S.A. por parte da Companhia. A Aliança Norte Participações S.A. é uma empresa a qual possui os mesmos acionistas da Aliança (51% Vale e 49% Cemig GT), a qual tem como finalidade a participação na Norte Energia, que por sua vez detém a concessão da UHE Belo Monte;
- 11) Refere-se à prestação de serviço para a acionista Vale S.A. por parte da Companhia. A Aliança presta serviços relacionados às atividades operacionais relativas aos ativos de geração de energia ainda detidos pela Vale.

12) Refere-se às vendas de energia elétrica à acionista Cemig GT firmados no Ambiente de Comercialização Livre (“ACL”). O contrato prevê o fornecimento para a Cemig GT, sendo os montantes pagos por esta até o 15º dia de cada mês.

13) Refere-se a prestação de serviços de infraestrutura e gestão de tecnologia da informação, os quais foram tomados no curso regular das operações da Companhia. A referida parte relacionada é uma investida da Cemig Telecom.

Remuneração do pessoal-chave da Companhia

Para o exercício findo em 31 de dezembro 2017, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla pagamentos a diretores e gerentes que desempenham funções de diretoria nos consórcios, totalizou R\$2.197, incluindo pró-labore, salários e benefícios (R\$2.573 em 31 de dezembro de 2016). Esse valor está registrado no resultado na rubrica de despesas gerais e administrativas.

22 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

- Empréstimos e recebíveis: encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e depósitos judiciais. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os fornecedores, empréstimos e obrigações com concessões a pagar. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia considerou o valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos judiciais, fornecedores e empréstimos e financiamentos como substancialmente igual aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos.

Categoria dos Instrumentos financeiros	31/12/2017		31/12/2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	467.542	539.613	146.541	146.601
Contas a receber	117.383	128.715	211.835	211.835
Valores a receber de partes relacionadas - Mútuos	58.309	-	52.403	-
Depósitos judiciais	8.768	8.768	5.607	5.607
	652.002	677.096	416.386	364.043
Passivos Financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	43.582	70.427	21.442	100.640
Empréstimos	364.409	601.012	319.514	319.514
Concessões a pagar	304.731	304.731	297.076	297.076
	712.722	976.170	638.032	717.230

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não possui saldos em moedas estrangeiras, ou mesmo quaisquer direitos e/ou compromissos indexados à variação cambial.

Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros, em 31 de dezembro de 2017. Esta exposição ocorre em função do passivo de Empréstimos (Nota nº 13) indexado à variação do CDI.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da taxa de juros mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2018, a TJLP acumulada para os empréstimos será de 6,75% o CDI acumulado para os empréstimos será de 7,13%, e para as aplicações financeiras será de 7%. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na taxa CDI de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para:

a) Controladora:

	31/12/2017	31/12/2018		
	Valor Contábil	Cenário Base CDI 6,6%	Cenário I CDI 8,25%	Cenário II CDI 9,9%
Ativo				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3)	467.350	498.195	505.906	513.618
Ativo líquido exposto	467.350	498.195	505.906	513.618
Efeito no resultado		30.845	38.556	46.268
	31/12/2017	31/12/2018		
	Valor Contábil	Cenário Base CDI 7,13%	Cenário I CDI 8,91%	Cenário II CDI 10,70%
Passivo				
Empréstimos (nota explicativa nº 13)	(364.409)	(390.391)	(396.878)	(403.401)
Passivo líquido exposto	(364.409)	(390.391)	(396.878)	(403.401)
Efeito no resultado		(25.982)	(32.469)	(38.992)
Efeito líquido da variação do CDI no Resultado		4.863	6.088	7.276

b) Consolidado:

	31/12/2017	31/12/2018		
	Valor Contábil	Cenário Base CDI 6,6%%	Cenário I CDI 8,25%	Cenário II CDI 9,9%
Ativo				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3)	539.377	574.976	583.876	592.775
Ativo líquido exposto	539.377	574.976	583.876	592.775
Efeito no resultado		35.599	44.499	53.398
	31/12/2017	31/12/2018		
	Valor Contábil	Cenário Base CDI 7,13%	Cenário I CDI 8,91%	Cenário II CDI 10,70%
Passivo				
Debênture (nota explicativa nº 13)	(364.409)	(390.391)	(396.878)	(403.401)
Passivo líquido exposto	(364.409)	(390.391)	(396.878)	(403.401)
Efeito no resultado		(25.982)	(32.469)	(38.992)
	31/12/2017	31/12/2018		
	Valor Contábil	Cenário Base TJLP 6,75%	Cenário I TJLP 8,44%	Cenário II TJLP 10,13%
Passivo				
Finem BNDES (nota explicativa nº 13)	(236.603)	(252.574)	(256.572)	(260.571)
Passivo líquido exposto	(236.603)	(252.574)	(256.572)	(260.571)
Efeito no resultado		(15.971)	(19.969)	(23.968)
Efeito líquido da variação do CDI e da TJLP no Resultado		(6.354)	(7.940)	(9.561)

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 31 de dezembro 2017. Esta exposição ocorre em função do passivo de Concessões a pagar (Nota nº 12) indexado à variação do IGP-M.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2018, a taxa IGP-M anualizada será de 4,8%. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para controladora e consolidado.

	31/12/2017	31/12/2018		
	Valor Contábil	Cenário Base IGP-M 4,80%	Cenário I IGP-M 6,0%	Cenário II IGP-M 7,20%
Risco - Elevação da inflação				
Passivo				
Concessões Governamentais a Pagar (nota 12)	304.731	319.358	323.015	326.672
Passivo líquido exposto	304.731	319.358	323.015	326.672
Efeito líquido da variação do IGP-M no Resultado		14.627	18.284	21.941

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Aliança administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das operações, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos manejando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, aplicados diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fornecedores, empréstimos e concessões a pagar, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, para controladora e consolidado, podem ser observadas na tabela abaixo:

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-Fixadas						
Fornecedores	43.582	-	-	-	-	43.582
Empréstimos	-	-	84.409	280.000	-	364.409
Concessões a pagar	3.620	10.859	29.215	149.535	717.964	911.193
	47.202	10.859	113.624	429.535	717.964	1.319.184

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-Fixadas						
Fornecedores	70.427	-	-	-	-	70.427
Empréstimos	-	2.308	95.944	502.760	-	601.012
Concessões a pagar	3.620	10.859	29.215	149.535	717.964	911.193
	74.047	13.167	125.159	652.295	717.964	1.582.632

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores.

Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos é baixa, haja visto que a Companhia investe apenas em instituições de primeira linha e realiza uma criteriosa análise do risco associado a estas instituições, bem como ao risco associado aos produtos financeiros nos quais aplica.

A Companhia tem acesso às avaliações de risco de seus acionistas no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

Riscos de concentração de clientes

Atualmente, parte substancial de suas vendas estão concentradas em seus dois acionistas.

Riscos hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do país.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, com exceção da Usina de Candonga, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Adicionalmente, em 8 de dezembro de 2015 a Companhia optou por repactuar o risco hidrológico para os seus contratos firmados no ACR, conforme detalhamento apresentado na Nota Explicativa 5.

23 - Benefícios a Empregados

a) Seguro de vida

A Companhia possui a política de seguro de vida a todos os seus funcionários, onde o custo é totalmente pago pela Companhia.

b) Seguro saúde

O seguro saúde é oferecido aos funcionários, de acordo com os critérios definidos na política da Companhia, onde a mesma contribui com a maior parte do custo no plano completo. O plano de saúde oferecido abarca colaboradores e seus dependentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os valores correspondentes ao custo de Seguro Saúde pagos pela Companhia foram de R\$1.030 (R\$1.115 em 31 de dezembro de 2016).

c) Benefícios pós-emprego

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, tais como complemento de aposentadoria, seguro e assistência médica, nem remuneração com base em participações em ações de seus administradores.

24 - Cobertura de Seguros

As premissas de riscos adotados, devida à sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Seguro de responsabilidade civil

A Companhia contratou cobertura de seguro de responsabilidade civil de empresas concessionárias ou não de serviços de produção de energia elétrica; despesas de salvamento e contenção de sinistros; despesas de defesa do segurado na esfera civil; e perdas financeiras decorrentes de riscos cobertos no montante de R\$30.000. Encontra-se também assegurado pela apólice o risco de responsabilidade civil sobre embarcações, mas este no montante de R\$50 (individualizado). A vigência da citada apólice é até 21 de março de 2018.

Seguro para risco operacional

Com vigência até 21 de março de 2018, a Companhia contratou cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$320.085, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

25 - Compromissos

Em 31 de dezembro de 2017, as controladas da Companhia possuem os seguintes compromissos assumidos, sendo todos integralmente referentes à implantação do Projeto Eólico Santo Inácio:

Objeto	31/12/2017	31/12/2016
Fornecimento de aerogeradores	24.711	126.286
Contrato de obras civis	-	8.451
Construção de subestação e linha de transmissão	-	8.216
Implantação das redes locais de distribuição	-	12.579
Compromisso para aquisição de imobilizado	24.711	155.532

A Companhia também assinou um contrato para operação e manutenção de seus aerogeradores por dez anos, o qual resultará em uma despesa total de R\$45.948.

Ademais, a Companhia possui ainda contratos de arrendamento com os proprietários das terras onde seus ativos estão sendo implementados, estes arrendamentos preveem o pagamento de 1,5% da receita líquida dos aerogeradores implantados no terreno do arrendatário. A expectativa de desembolsos com a referida obrigação é apresentada conforme segue:

Santo Inácio III		Santo Inácio IV		Garrote		São Raimundo	
Ano	R\$	Ano	R\$	Ano	R\$	Ano	R\$
2018	327	2018	241	2018	241	2018	254
2019	341	2019	267	2019	267	2019	264
2020	357	2020	280	2020	280	2020	277
2021	373	2021	292	2021	292	2021	307
2022 a 2046	15.614	2022 a 2046	12.222	2022 a 2046	12.061	2022 a 2046	12.851

26 - Informações Complementares ao Fluxo de Caixa

As principais transações que não afetaram o caixa foram as seguintes:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Integralização de capital	135.014	-	-	-
Juros das parcelas dos empréstimos	37.968	38.212	42.947	42.947
Fornecedor de imobilizado	-	24.711	-	80.028
Constituição de licença ambiental	35.950	37.945	-	-
	208.932	100.868	42.947	122.975

27 - Eventos Subsequentes

Dividendos intermediário

Em de 25 de janeiro de 2018 o Conselho deliberou a título de dividendos intermediários do ano de 2017 o pagamento do montante de R\$60.000.

Recebimento de Mútuo

Em de 19 de janeiro de 2018 a Companhia recebeu de suas controladas o pagamento do montante de R\$21.635.

Diretoria

Wander Luiz de Oliveira
Diretor de Comercialização e de Engenharia

Glauco Vinícius de Oliveira Gonçalves
Diretor de Operações

Responsável técnico

Rafael Lopes Carvalhais
Contador CRC/MG - 110880/O-2